

DAVID SIMÕES RODRIGUES

FOGACEIRAS

Oitocentos Anos de História



Separata da revista "Villa da Feira"



LAF

LIGA DOS AMIGOS DA FEIRA

11216
078
247-0

CS
COLECCÃO SANTAMARIANA

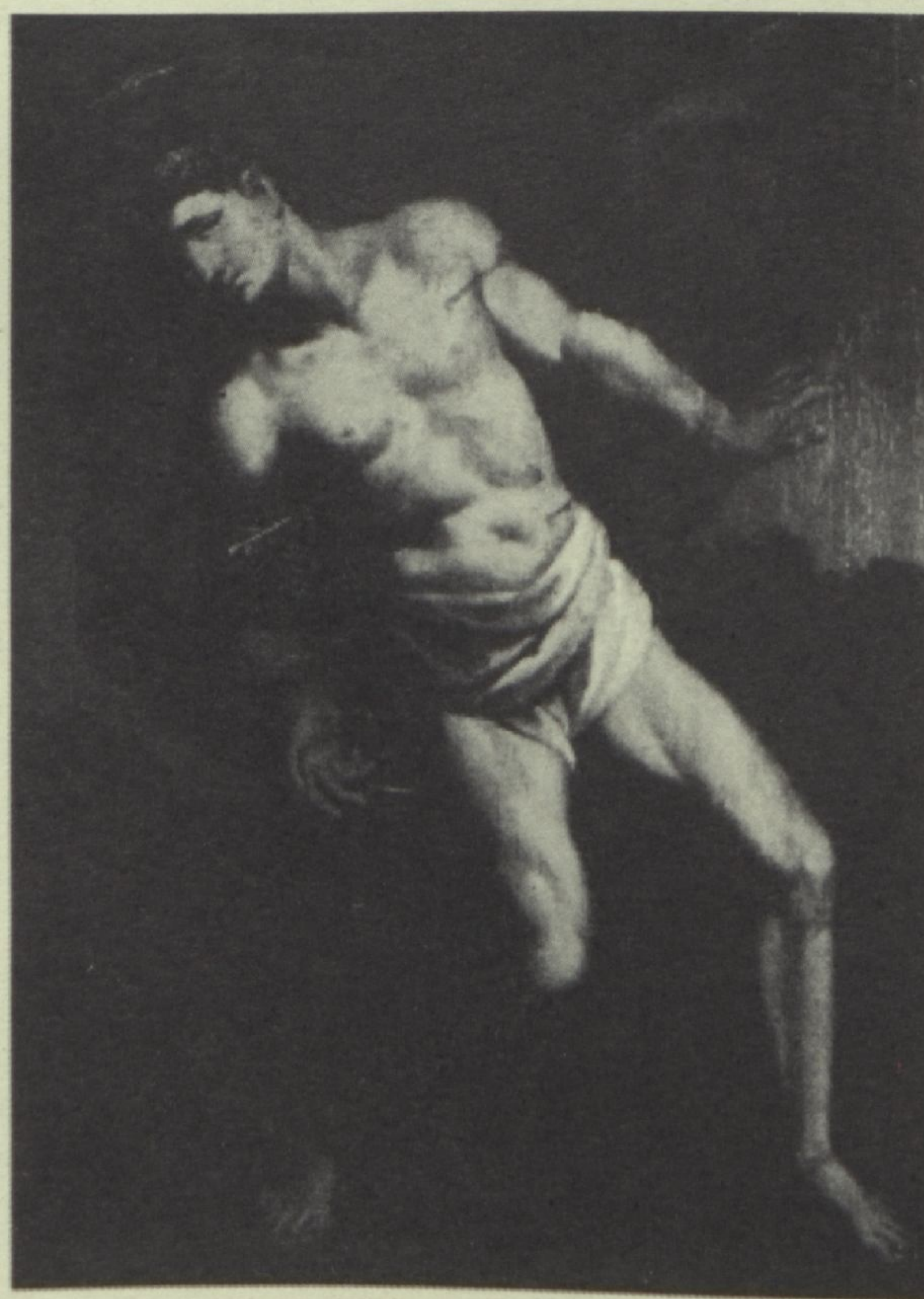


BIBLIOTECA
MUNICIPAL

DAVID SIMÕES RODRIGUES

FOGACEIRAS

Oitocentos Anos de História



Separata da revista "Villa da Feira"

LAf
LIGA DOS AMIGOS DA FEIRA

Ficha Técnica

Título: *Fogaceiras - 800 Anos de História*

Autor: David Simões Rodrigues

Separata da Revista "Villa da Feira - Terra de Santa Maria"

Colecção - Santamariana

Edição: LAF - Liga dos Amigos da Feira

Redacção e Administração: Apartado 230 • 4524-909 Feira

Coordenação Científica: José Manuel Costa e Silva

Revisão Gráfica: O Autor

Colaboração Técnica: Joaquim Carneiro

Capa: S. Sebastião - Óleo de Vieira Luzitano (1699 - 1783)

Contra Capa: "Ex - voto" - Desenho de: António Joaquim

1ª Edição: Fevereiro 2005

Tiragem: 80 exemplares

Pré-impressão: Publíbis, Lda.

4520-616 S. João de Ver

Impressão e Acabamento: Empresa Gráfica Feirense, S.A.

Ap. 4 - 4524-909 Feira

Depósito Legal: 180748/02 - VF-TSM

1. Razões para a sua origem em 1190-1193 ou 1202-1203

1.1. Razões para este trabalho

Solicitada colaboração para esta prestimosa publicação periódica de cultura e história, trocando impressões e ideias várias sobre a matéria com um dos seus mais ilustres progenitores e não menos ilustre feirense que à causa da cultura das Terras de Santa Maria tem dedicado saber e competência, responde-nos em seu afável jeito: - «...*tudo quanto respeite à história do espaço geográfico entre Douro e Antuã, Atlântico e Arda, tudo isso nos interessa. Que pensa da origem das nossas fogaceiras?*»-

Telepatia? Acaso? Qualquer etiqueta que se lhe cole, uma coisa é certa, o nosso interlocutor foi directo a um tema que pressentiria ocupar e preocupar o nosso espírito sedento de razões para um facto para que buscava razão. E também ele próprio, a quem se juntam muitos feirenses.

«Pelos documentos se faz e reconstitui a História». Por eles preservamos o Futuro no respeito pelo Presente. E aqui estamos a tocar num dos ex-líbris, «*menina dos olhos*» deste povo. Esperamos não ser interpretado de incendiário de «*pergaminho*», ou iconoclasta de «monumento histórico». Bem pelo contrário. Pretendemos, candidamente, contribuir para revalorizá-los ao apresentar os fundamentos das «Fogaceiras» no tempo, no espaço e nas circunstâncias que lhe dão outra consistência e suporte históricos, que não conterà aquele vago 1503, ou 1505, é nosso modesto parecer, e em que estaria metido o conde D. Diogo Pereira, a peste principal de que as gentes desejavam libertar-se, com a ajuda de São Sebastião e até de todos os santos.

Ora, a esta postura, para o bem intencionado

* Licenciado em Filologia e Literatura Grega e Latina, Clássicas, com as variantes de Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Diplomado em Histórico-Filosóficas. Curso de Teologia. Dedicar-se à Investigação Científica.

que pretende ver e entender as coisas da sua terra e a sua história, no caso as «Fogaceiras», chamam os entendidos valorização.

Sem orgulhos despropositados nem falsas modestias, convém desde já salientar que, por aquilo que se conhece na historiografia das «Fogaceiras da Feira», este é o primeiro estudo crítico, documentado, circunstanciado e analítico sobre tão importante evento na vida social, cultural, religiosa de Santa Maria da Feira.

Venha daí, leitor amigo, dê-nos a honra da sua companhia e inteligente atenção.

1.2. Interrogativas sem resposta

Quatro décadas são andadas de contacto com a Feira e as suas tradições, que sempre silencioso e interrogativo vimos observando e admirando. Porém, distante imaginar que se proporcionaria, disto se disse acima, dar à luz este problema das origens da Festa das Fogaceiras, de que tínhamos notícia. Sobre as suas origens colocávamos questões para as quais não víamos resposta, nem nos escritos, que se repetem em conteúdos vagos, cópias de cópias, às vezes alteradas - para não parecer que nada de novo se acrescentava -, nem nos interlocutores, fundamentados apenas neles, sempre surpreso por não encontrar estudo aprofundado a partir da problematização histórica própria que leva sempre a um joeiramento da matéria e à busca de respostas por encontrar. Tudo por obra e graça da falta da indispensável conjugação da heurística com a hermenêutica, procura documental e sua interpelação.

Por isso, atraído pela simpatia desta terra, não fosse ela de Santa Maria, prosseguimos reflectindo, lendo, pesquisando porque sempre achámos esquisito apontar-se aquela data de 1503, e 1505, e até um período vago porque abrangendo parte do século XIV e todo o século XV, sem qualquer justificação ou referência a fonte consistente.

O problema, porém, não reside exclusivamente na imprecisão das datas, ou até da época.

Não será muito curial aceitar-se facto tão im-

portante e de data relativamente tão próxima da fundação do convento em 1560, facto que envolveu **câmara, conde e povo**, como se aventa, e não tenha merecido dos Lóios senão absoluto silêncio. E tanto mais estranho é este quanto certo terem-se eles estabelecido aqui meio século depois, 1560, aceitando o 1503, 1505. Mais grave a omissão, se dado já na vigência da sua presença, vindos pela mão do 3º conde D. Manuel Pereira (1488-1552), tendo em conta a maior amplitude sugerida para o milagre, todo o séc. XVI.



Frontispício do livro
"O Ceo aberto na terra"

Certamente, aqui, teríamos a palavra do autor de *«O Ceo aberto na terra»*, 1697, o padre Lóio Francisco de Santa Maria que fala de muitas coisas da Feira, dos Condes, do convento, dos seus confrades e de muitas maravilhas, quantas delas inventadas ou no mínimo retocadas de tal modo que nem serão já as mesmas.

Se verdade o milagre de S. Sebastião e se passado no tempo e com a intervenção dos condes, de que ele fala, não deixaria de o referir com requintes de épica encomiástica, estamos certos. Mas, nem palavra sequer sobre pestes, *«fogaças»*, origem, participação dos condes, ou outra qualquer entidade feirense. E o mais estranho é que os fundadores do convento por eles ocupado estavam a 40 anos dessa

data, e dele haveriam de falar-lhes. Na própria Ordem estavam dois filhos dos condes nascidos antes de 1503. Haveria de referir-se nas suas vidas evento e milagre tão estrondosos, que mais os engrandeceriam, por imperativo da mentalidade do tempo e empáfia dos nomes em causa. Não obstante, absolutamente nada, se refere.

Ora, tais silêncios tão próximos da data apontada para o surgimento do voto das fogaças a São Sebastião fornecem-nos importante argumento porque indício, não contra o voto a São Sebastião, mas contra ter ele surgido no vulgarmente apontado ano de 1503, ou 1505. **Parece-nos** que vinha já de muito antes e por isso era celebrado pelo povo da Feira.

1.3. O caminho a seguir

Por isso, estudando aprofundada e seriamente o assunto, a primeira sensação surgida, tal como tem sido apresentado o fenómeno *«fogaças da Feira»*, foi que nada de consistente manifesta, mas tudo vago nos silêncios, como vagas as palavras, abstractas as referências, imprecisas as expressões. Mas isto não pode construir a História, que não se compadece com tal estado de coisas. Mais ainda.

Havia passado já a **Época Medieval**, período de profunda exaltação religiosa, cujo mais notável vício se caracterizava pela exagerada reacção perante qualquer fenómeno descaindo na superstição e na lenda. Época de fermentação do maravilhoso cristão onde mergulham as raízes destas festas votivas deixadas por conta da tradição.¹ Como não havia registos ficaram vogando no tempo, plumas ao vento, escapando-se ao historiador por mais que deseje ver-lhes tempo e espaço definidos pela racionalidade investigativa.

¹ As Câmaras, a que a tradição fazia coconstituidoras e empenhadas, com o triunfo do Liberalismo em 1834: deixaram até de participar, haja vista Ourém a Santa Maria de Seica, aonde iam com as Câmaras e povo de Pombal e Ansião. Mas as fogaceiras de Santa Maria da Feira não só atravessaram incólumes o Liberalismo mas também resistiram à própria República que não só deixou conservar a tradição mas até a reforçou, apesar das tentativas de extremistas.

Ora, o tempo a que maioritariamente se reportam as referências da sua instituição do voto é o do **Renascimento**, e este era já outro estágio intelectual, tempo novo, de que o próprio concílio de Trento (1545-1563) é um dos mais relevantes e reveladores elementos. Temos porém a consciência de que o Renascimento não foi propriamente uma revolução das mentalidades que cortasse por completo com a mentalidade e cultura medievais.

O Renascimento era um facto inelutável. O processo científico do conhecimento estava em curso, com seriedade, em todos os campos do saber humano. O processo vinha já do século XIII, e de tal sorte que historiadores o fazem como o do verdadeiro renascimento que outros convencionaram se tomasse como ponto de referência o XV, e o facto marcante, a queda de Constantinopla, 1453.²

A escrita e o registo histórico cada vez mais aparece despido do maravilhoso ainda que, estranhamente, o Renascimento tomasse da cultura greco-latina o complexo maravilhoso pagão. Fê-lo, porém, consciente, por meras razões estéticas, nada mais. Os cientistas de todos os ramos do saber positivo anotavam tudo quanto a observação atenta e continuada lhes fornecia em formas e quantidades hoje difíceis de perceber como seria possível a um só homem sem os meios técnicos modernos. Mas, é um facto que o fizeram de forma solitária, encerrados nas suas torres e laboratórios de observação e experimentação.³ Indubitavelmente, tempo de procura científica na identificação das fontes e raízes históricas.

Nesta altura já o leitor me terá interpelado, com boas razões para o fazer.

2. Rui de Pina,⁴ credível alternativa histórica para resposta às nossas incertezas.

Então, se não foi em 1503, ou 1505, ou desde os finais do século XV (1400) aos finais do séc. XVI (1500) quando pensa que o povo, náufrago, se debatia na fome, na peste e na guerra, invocou o patrocínio do Mártir São Sebastião que o libertou, imortalizando a sua gratidão de liberto neste voto das fogaças? Em que

documentos e razões se fundamenta?

1. As razões fundamentais fora dos documentos, por isso a partir dos conhecimentos gerais que se têm da matéria em estudo, ficaram já expressas.

2 O mais provável, 1203-1205. «Provável», porque o documento não afirma expressamente que *«neste ano teve início na vila da Feira o cumprimento de voto a São Sebastião, promessa por ver-se livre da fome, peste e guerra que então dizimavam aldeias inteiras.»*

Mas é referida «Terra de Santa Maria», o mesmo que Terra da Feira», e Braga.

2.1. Nesta altura encontrava-se já em território lusitano a família «Forjaz», da fidalguia leonesa, pois D. Rodrigo Forjaz, tornara-se senhor de Cornelhã, por carta de privilégios concedida pelo conde D. Henrique em 9 de Dezembro de 1097.⁵

Por 1320, descendente deste, D. Gonçalo Pereira, antes de arcebispo de Braga, foi prior da igreja de

² Registe-se, para maior e melhor compreensão do problema, que então, séc. XVI, começavam a fazer-se os registos de actos religiosos, óbitos, baptismos e, sobretudo, de casamentos, embora muito esporadicamente se fizessem esses registos religiosos já no século XV.

³ Basta entender o que Camões, expressão máxima do Renascimento Português, deixou na estância 82, canto X, em que a finalidade estética e a obediência aos cânones clássicos são evidentes, e mais ainda quando conjugada esta est. 82 com a 80 e 29 do mesmo canto e as 89 a 92 do canto IX, de «Os Lusíadas».

⁴ Rui de Pina — Nasce na Guarda em 1440 e fal. em 1522. Foi cronista, guarda-mor da Torre do Tombo, historiador. Ocupou alta posição na corte de D. Manuel I. Encarregado por D. João II de escrever a Crónica Geral do país, escreve as crónicas dos reis: D. Sancho I, D. Afonso II, III, IV e V; D. Dinis, e D. João II. De concepção histórica próxima da de Fernão Lopes, pelo que analisa mais de dentro os factos e privilegia a massa popular em vez do excesso de figuras individuais. Apresenta assim características que o tornaram no primeiro historiador da época moderna. O que serve.

⁵ O filho deste D. Gonçalo Rodrigues da Palmeira fugiu para Portugal acochado pela justiça do rei de Leão por ter junto ao paço real de uma espadeirada só rachado de alto abaixo até à cinta um tal D. Fernando Gutierrez, por o ter desmentido, coisa gravíssima no código de honra da fidalguia do tempo. Casou com D. Urraca Viegas, filha do aio de D. Afonso Henriques, D. Egas Moniz. Foram estes pais de D. Rodrigo Gonçalves de Pereira, título da terra ou quinta em Riba de Ave, ou de Vizela?



D. Sancho I. Estátua jacente do túmulo. Santa Cruz de Coimbra.

São Nicolau da vila da Feira.⁶

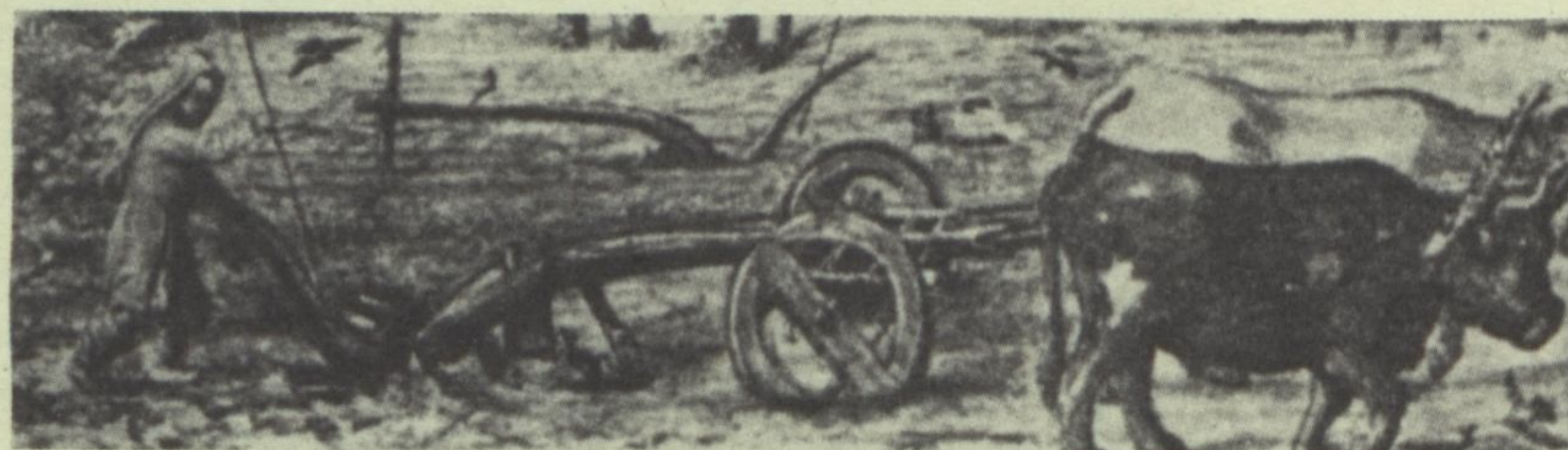
Em 27.6.1407, João Gonçalves Pereira consegue carta de feira quinzenal e em 19 de Setembro de 1448, Fernão Pereira recebe «*de jure et hereditate*»... o senhorio da Feira

2.2. Sendo assim, teríamos neste 1503-1505, por mera coincidência, ou não, a reminiscência, e não mais, da tradição que ali aportou, pelos vistos com certo carácter definitivo, mas que na realidade vinha já de 1188-1189 ou 1202-1205. Possivelmente, escriba menos avisado terá deixado qualquer referência tomada como certa, mas não tão certa que a libertasse de vir a aventar-se umas vezes, 1503; outras 1505, e ainda o vago « *finais de 1400 a finais de 1500*».

Os tempos de 1500 propiciavam a obliteração de compromissos, ainda que religiosos e mesmo que envolvessem as autarquias. Mas não foi o único momento de crise a provocar hiato na celebração em causa. Outros hiatos vamos encontrar ao longo da história desta tradição, como se verá.

2.3. Estes condes da Feira, D. Diogo Pereira e D. Manuel Pereira, por razões opostas, marcaram profundamente a vida religiosa, social e económica do burgo. Se ligados ao voto, ter-lhe-ão dado apenas maior luzimento participando nele e subvencionando-o. Poderão os Pereiras estar ligados a ele, mas os primitivos ou primeiros aqui chegados, no tempo de D. Sancho I, tempo que mais se coaduna com a instituição do voto das fogaças a S. Sebastião. Para aí nos con-

duz a narrativa do cronista Rui de Pina que diz: houve fomes acompanhadas de peste «*especialmente em terra de Santa Maria*», «*matando a terça parte das gentes...*» da Vila da Feira.



Agricultor do séc. XVI.

2.4. A Crise dos anos de 1185 a 1210⁷

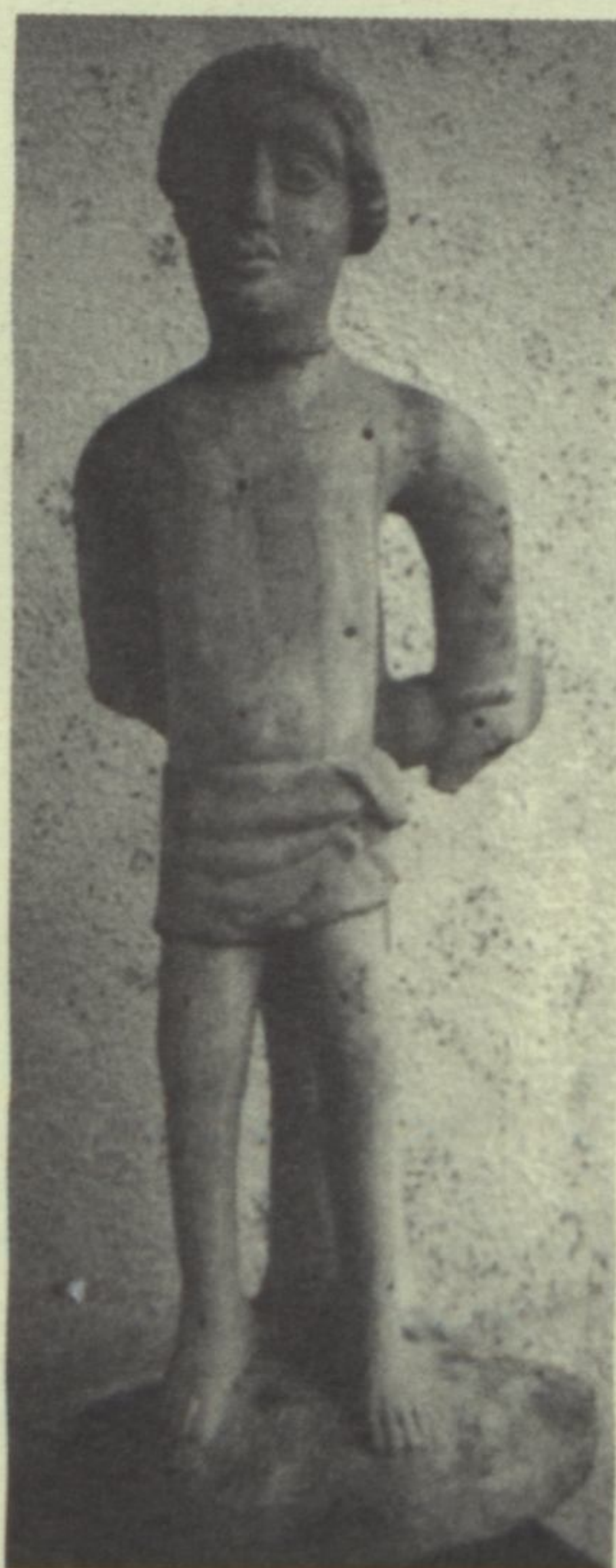
Muito intensa e particular havia de ser a impressão, para que desse ao cronista razões para mostrar só a Feira, de entre todas as terras atingidas pela catástrofe levando-o a narrar como de facto as suas gentes mergulharam num ambiente de tragédia. Por todos os casais grassavam a fome e a peste, do Sul ameaçava o espectro da guerra, nos astros aterradores fenómenos apavoravam os casais. A Câmara da Feira convivia com o povo afectada por este estado. O ambiente é medieval. O espírito de superstição impe-

⁶ «Condes da Feira - Antecessores» - Arquivo Distrital de Aveiro, vol. XIX, nº 74, 1953, Vaz Ferreira. O facto de o ainda Padre Gonçalo Pereira aparecer como prior de São Nicolau da Feira, não quer dizer que residisse na Feira. Mas certo é que teve esta igreja no seu benefício, pelo menos, estando outro sacerdote como curador. Era frequente nesses tempos encontrar párocos titulares ausentes, substituídos por curas a quem pagavam irrisória quantia que, muitas das vezes, nem para comer chegava. Constituíam uma espécie de subclasse clerical, servos da gleba da igreja, autêntica escravatura livre, que veio ainda até ao século XVIII. Bem clamavam os pobres por justiça junto dos bispos, resultado nulo, que os bispos estavam condicionados pelo poder de alguns, e sobretudo das Colegiadas.

⁷ Abrangeu o reinado de D. Sancho I, aclamado rei a 9.12. 1185, três dias após a morte do pai, D. Afonso Henriques tendo falecido a 26.3.1211, na cidade onde nascera 54 anos antes, Coimbra. De lepra que o foi corroendo em lenta e dolorosa agonia. De lepra lhe morreu também o filho primogénito. Sabemos, também o bispo de Zamora, Espanha, foi encarregado de lhe fazer inquirição por queixas, sobretudo do clero. Confer «Olival- a Terra e o Povo», do autor.

ra em grande número de usos e práticas populares. O fundamento deste defeito enraizava, por estranho que pareça, no espírito profundamente religioso da época, caracterizada pelos seus estranhos contrastes, o que não acontece já com o advento do Humanismo em cujo âmbito se circunscreve 1503, ou 1505.

Ora, como vê o leitor, aí sim, encontramos Idade Média, ambiente político, social, moral, religioso e factual próprios para a instituição do voto que deu origem às fogaceiras, 1202, reinado de D. Sancho I. (1185-1211).



São Sebastião.
Escultura popular, séc. XIV.
Faletia de Caxarias.

2.4.1. São Sebastião, martírio e simpatia popular.

Desde os mais remotos tempos, São Sebastião ocupou um lugar de privilegiada simpatia na devoção dos cristãos que a prática confirmou certa porque proveitosa. Terão pesado nesta particular simpatia, a juventude, a determinação de intrépido seguidor de Jesus Cristo, as particulares circunstâncias que envolveram o martírio que a representação iconográfica mais vincaram e vincularam. Aquele jovem preso a uma árvore, o ar seráfico olhando o céu,

corpo impiedosamente escorrendo sangue das setas de contínuo cravadas, facilmente impressionavam.

De muito criança participámos ao fim de cada dia na «*acção de graças ao Senhor*» do nosso lar paterno erguidas pelo saudoso pai, como sumo sacerdote da família. Inverno frio ou trabalhoso verão, já a cair de sono, finda a ceia e antes da despedida para o repouso da noite: beijo na mão sagrada - «*a sua benção paizinho*» - «*Deus t'abençoe meu filho*».

Entre Ave Marias e Padre Nossos pelas almas dos familiares mais chegados a que se juntavam as dos vizinhos e membros da comunidade mais recentemente falecidos, lá vinham os louvores aos santos da devoção paterno. Entre eles, invariável:

«*Ao Divino Mártir São Sebastião pra que nos proteja e livre da fome, da peste e da guerra, plo Divino Amor de Deus, Padre Nosso e Ave Maria.*»

Fosse qual fosse a casa, posse ou afazer, de dentro de cada lar, ressoava ao passante o quente bafo das preces familiares a embalar o honrado descanso para o novo dia que lá vinha. Nesses tempos funcionava melhor que o melhor moderno sonífero, soporífero ou relaxante.



Imagem frequente das consequências de peste.
Impressionante pelo realismo que traduz.

2.4.2. Os finais do século XII e os princípios do século XIII; os tormentos das fomes, pestes e guerras.

No séc. XII, 1189, eis o facto histórico, epidémico, retintamente medieval, capaz de fazer surgir promessa, voto, romaria indelevelmente gravada na alma das

suas gentes ainda imersas no sentimento próprio do tempo e envolvendo a protecção do «*Divino Mártir São Sebastião*». Ora sabemos que o centro ou o ponto de referência, por excelência da «*terra de Santa Maria*» era então a «*Feira*». O cronista Rui de Pina é quem nos traz esse trágico acontecimento, para mais, todo envolto em cambiantes de tragédia grega:⁸

Em 1184, 1190 e 1191, as invasões dos almóadas e a guerra com Leão deixaram um rasto de desolação e angústia que terão pesado no desencadear de conflitos sociais agravados pelas pilhagens por hordas famintas e de malfeitores surgidas um pouco por toda a parte, sobretudo entre as indefesas populações rurais. Uma das fontes que refere tantas desgraças é Rui de Pina, *Crónica de 1419*, «*Chronica d'El Rei D. Sancho I*», que atribui tais malefícios a castigo do Céu devido ao incestuoso casamento de D. Teresa Sanches com o rei Afonso IX de Leão, celebrado em 1191.

Enquanto decorriam tantas e tão grandes desgraças, os pregadores lançavam dos púlpitos a atribuição de tais sofrimentos a castigo divino enquanto publicavam a excomunhão e interdito dos reinos de Portugal e de Leão decretado pelo cardeal Reinério em 1192, 1193.⁹

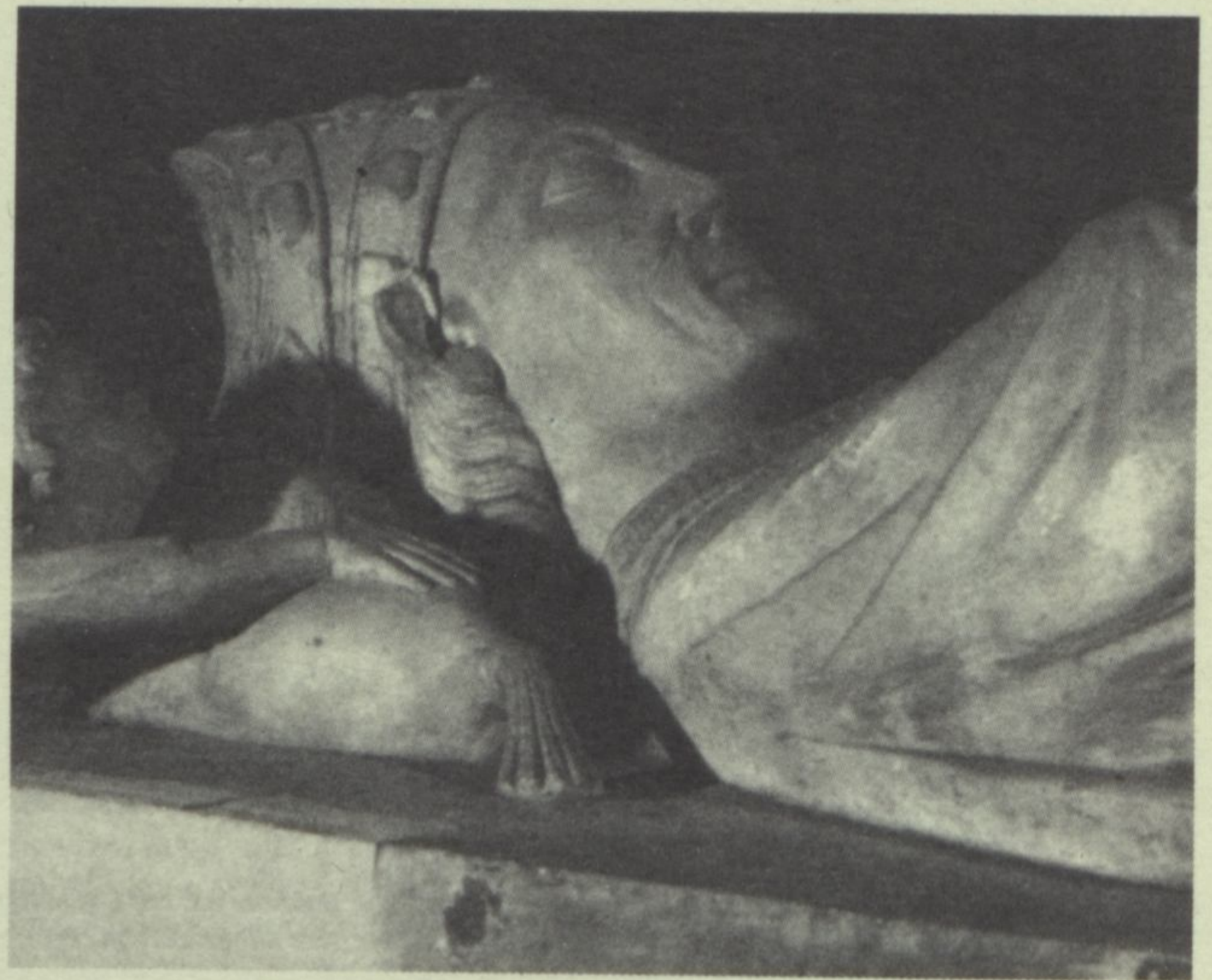
Neste contexto de pavor e terror surgiu mais uma peste «*especialmente em terra de Santa Maria, Bispado do Porto*» «*matando a terça parte das gentes*» de Braga e Vila da Feira. Decorria o ano 1193, 94.

Logo a seguir sobreveio um eclipse do sol em 1199, embora visto em Coimbra e em Lisboa. Tanto pior. As notícias postas a circular de boca em boca em ambiente de pânico vão sempre engrossando os pavores pois cada um conta cada vez mais de forma impressiva.

Violentas tempestades terrestres e marítimas de chuva e granizo seguidas de prolongadas secas deixam imensas vítimas e afectam profundamente o povo e respectivas autoridades.

Quanto a nós, foi neste ambiente vivido pelas populações da Feira, especificamente referidas na *Crónica por Rui de Pina*,¹⁰ que terá surgido o voto a São Sebastião entre o povo, intervindo solidariamente a Câmara e a nobreza local entre a qual se encontravam já

os «Pereira». Por 1320 o prior de São Nicolau da Feira era precisamente D. Gonçalo Pereira, mais tarde arcebispo de Braga e avô de D. Nuno Álvares Pereira.¹¹



Túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira. Sé de Braga.

⁸ «Crónica de El Rei D. Sancho I», Rui de Pina, cap. 15, pag. 41 e segs., edic. 1727; pg. 88 e segs., edição de 1906.

⁹ «História de Portugal — A Monarquia Feudal» V. 2, pg. 102-104, coordenação de José Matoso, Editorial Estampa.

¹⁰ Informando-nos junto do Dr. José Marques, historiador, de Braga, que conhece através do igrejar local e dos seus aturados estudos e visitas, as capelas a S. Sebastião, mas nenhum voto similar ao que na Feira os povos e Câmara celebram. Não é o que insinua o Padre Quintela que o dá como prática várias outras Câmaras do País.

¹¹ Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. XIX, n. 74, pag. 82, 1953. Condes da Feira, Antecessores, por Vaz Ferreira «*Foram os senhores desta família*» condes de Trastâmara em Galiza, donde passou a Portugal, segundo escrevem os autores, D. Gonçalo Rodrigues Forjaz, no princípio do governo de el-rei D. Sancho. Neto de D. Gonçalo foi D. Pedro Rodrigues de Pereira, bisavô do famoso condestável e ascendente por esta via não só da Real Casa de Bragança e das que dela procedem, mas de quase todos os reis e príncipes da cristandade, além de outras casas que ficaram neste reino, as quais são as dos condes da Feira, dos senhores de Riba de Vizela e outras. »

BMP - «Fastos da Igreja Primacial de Braga, do séc. III ao XX, 1928, vol. II, José Augusto Ferreira; «Actas do Congresso da Sé de Braga», vol. II, Maria da Cruz Coelho. Informações do Revr. Dr. José Marques, Braga.

3. A Crónica de Sancho I, de Rui de Pina

No reinado de D. Sancho I, tantas e tão grandes calamidades caíram sobre as terras de Santa Maria da Feira que para as suas gentes podia achar-se explicação e origem nas irregularidades e desmandos do rei. É o que pode deduzir-se dos escritos do cronista que fez a história desses tempos. Na verdade D. Sancho I, usando e abusando da sua autoridade real, contra o que se encontrava determinado, sendo parente próximo e sem dispensa do impedimento entrega a filha D. Teresa em casamento com D. Afonso de Leão sem que isso lhe pesasse na consciência, apesar das advertências da gravidade que tal ousadia representava. Desafiava as leis eclesiásticas e civis do tempo, a sociedade religiosa e civil e a moral vigente Ouçamos o cronista Rui de Pina.¹²

3.1. O facto- em 1188

«...El-Rei D. Sancho de Portugal, sem a devida dispensação, cazou esta Rainha Dona Teresa sua filha com el rei D. Afonso de Lião, primo com irmão dela e seu sobrinho, filho de sua irmã D. Urraca e do dito Rei...»¹³



Rui de Pina.
Cronista nascido na Guarda. Escreveu a Crónica de D. Sancho.

3.2. O castigo

«... e porém segundo se acha por escrito, tanto que ambos foram cazados, que foi no mês de Fevereiro, (1191) logo em Portugal e Castela, por qualquer caso que de adversa influência do Ceo, ou por outros mis-

térios, e pecados da terra,... sobrevieram grandes e tão perseveradas invernadas e chuvas que duraram sem cessar até o Junho seguinte com que se danaram e perderam muitas novidades de pão, vinho, e azeite, e frutas, e algumas que ficaram sobreveo tamanha praga e multidão de vermes, que até à terra todos as comeram, e veio tão grande Estio, e secura por quenturas do Sol que durou até meados de Janeiro do anno que vinha (1192) ..., tanto falecimento (falta) de mantimentos que muitas gentes morriam de fome e por sustentarem as vidas por alguma maneira comiam como bestas os gomos das vinhas nem leixavam as ervas verdes dos campos...»,

¹² Tomámos conhecimento do facto pelo Conselheiro Joaquim de Almeida Correia Leal, nascido na Feira em 1828, outros que na Quinta da Portela de Baixo, Paços de Brandão, onde faleceu, tendo habitado a Quinta do Reboleiro até 1888, criação da freguesia de Espinho em que tomou parte, sendo deputado às cortes pelo círculo da Feira. Faleceu em 16.8.1910, na Quinta de Baixo, Paços de Brandão, mais primitivamente dita de Linhares e Barroso. Deixou grosso volume manuscrito hoje no Arquivo Particular da Casa da Portela pertença das irmãs Dr.as. Maria da Graça e Filipa Amaral Neto que gentilmente nos têm facultado acesso à consulta desta e outras preciosidades bibliográficas. Contém pacíficas cópias de documentos em preciosa caligrafia da época entre os quais este da «Crónica de Rui de Pina». O Reboleiro foi do Cons. Correia Leal que, desgostoso dos vandalismos sobre o edifício, vidros partidos, tentativa de incêndio, apedrejamentos, o levaram a vendê-lo com a promessa jurada de jamais pisar terra de S. Nicolau da Feira. Terão sido elementos da Feira a soldo das freguesias de Anta e São Félix da Marinha, enraivecidas pela amputação da área que ficou a constituir a nova freguesia, Espinho. Mas não se ficaram por aqui. Também a casa de veraneio de Espinho sofreu idêntico tratamento. Vende em 1902 o Reboleiro a João Alves Dias, Comendador cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e feito visconde do Reboleiro em 1907, aí falecido em 1918, sepultado em jazigo de Paramos donde era natural. O Reboleiro pertence hoje ao Sr. Solicitador Antonino de Araújo, por compra, depois de passar por sucessores sem filhos como o comendador. Sobre este verá dados em «Quintas da Feira». Sobre o Conselheiro publicaremos em «Licenciados...»

¹³ D. Teresa, filha de D. Sancho I e da rainha D. Dulce sua mulher, nos fins de 1190 ou princípios de 1191, desposou o primo Afonso IX de Leão, sem dispensa de primos chegados. Celestino III lança gravosas penas a Portugal e Leão. A separação imposta pelo papa foi por todos ignorada mas, por razões políticas, acabaram por separar-se em 1196.

3.2.1. O caso especial de Santa Maria da Feira

«...e cessando o Estio, sobrevieram grandes pestilencias e outras dores espantozas e de mortal perigo, especialmente em terra de Santa Maria, Bispado do Porto, onde a peste foi tão crua e danosa que em grandes povoações e Lugares de muitas pessoas escassamente ficaram três vivos. E na terra de Braga ...

E porque os homens não gouvesssem dalgum bem da paz veio que por derradeira perseguição, um Jacob Mouro poderoso Rei de Sevilha, sabendo destas mingoas e necessidades do Reino de Portugal para mais facilmente o conquistar e guerrear elle com muita gente de pé e de cavallo por terra, e com assaz frota por mar, no mês de Maio entrou em Portugal e veio logo poer cerco a Villa de Alcacere do Sal, que El Rei D. Afonso Anriques primeiramente tomou aos Mouros, e assi a combateo logo com engenhos de armas de noite e de dia que, aos três dias de Junho seguinte, com assás dano dos da Villa a tomou. (...)»¹⁴

«... puzeram antredito em ambos os Reinos (Portugal e Leão) por rigor do qual as gentes neste tempo não entravam nas Egrejas, nem se diziam nellas Missas, nem Offícios Divinos, nem davam sepulturas aos corpos em lugares Sagrados, o qual antredito durou um anno, e um mês e tres dias.» Isto é, até 1207.¹⁵



D. Nuno Alvares Pereira.
Bisneto de D. Gonçalo e
herói de Aljubarrota.

4. Breve excurso histórico do fenómeno «Fogaceiras da Feira»

4.1. Consultando especialistas em história de epidemias, encontro:

4.1.1. No séc. XIV, a Peste Negra, (1347-1349)

Ou por já existir o voto, ou por ser tão geral a peste, nada de particular se refere a votos. Eliminamos apenas por comparativamente àquele, que mais nos atrai, se apresentar menos popular, para além de bastante se afastar já de um tempo propício ao surgimento desses factos.

Na verdade, em 1347, naus de mercadores vindas dos portos do Mar Báltico trouxeram nos seus botos a peste que as narrativas da época deixaram em cores e traços tão carregados que ficou sendo considerada como a mais ferozmente mortífera de que há memória, a Peste Negra.

É certo que a sua repercussão e as memórias deixadas se devem ao facto em si, porém muito mais à sua generalização, rapidez com que se propagou e à universalidade dos atingidos. Tão violenta que, veloz incêndio soprado de fortes ventos, em três meses se propaga pela população europeia e nacional consumindo um terço das suas vidas. Tão fundas, graves e devastadoras as consequências sociais, económicas e psicológicas que, ainda em 1500, 1600, eram bem visíveis nas vastas terras ainda ermadas de população e

¹⁴ É certo que a guerra não esteve efectivamente presente na terra da Feira, mas havia notícias dela, e as gentes conservavam viva a tradição de invasões moursas que chegaram ao Norte do País, e bastava isso para lhes atormentar a alma porque viva a sensação da eminência de serem atacadas e dizimadas por esta ou aquela forma. Ainda tão fraco de corpo e de alma se sentia o povo, tanta a susceptibilidade que o invadia que a todo o momento vivia como se de facto se visse envolto de ferozes exércitos moursos, tão graves as novas chegadas do sul.

¹⁵ O Conselheiro Joaquim de Almeida Correia Leal, residente na Rua, ou na quinta do Reboleiro. Quando em 1950, mais ou menos, por necessidade de alterações no cemitério e tiveram de fazer exumações, para mudança de lugar dos cadáveres nessa zona entre as quais se encontrava a do conselheiro, encontraram o seu corpo, a mais de 40 anos de enterrado, tal qual havia sido inumado. Viu e disse-nos, o Dr. Arménio, médico, da «Dragão», Paços de Brandão.

cultivo no país em geral e em particular nas freguesias vizinhas da Vila da Feira, como se pode ver dos Tombos da Comenda de Malta de Rio Meão.¹⁶

Como vimos dizendo, as fogaceiras estariam esquecidas, ou amortecidas. Esse tempo apontado para a sua instituição, para nós revitalização, era de crise profunda a todos os níveis. As lutas religiosas resultantes das heresias surgidas de vários quadrantes ao longo dos séculos próximos dessa data, das quais destacamos o luteranismo; a corrupção instalada no próprio sólio pontifício, vieram juntar-se à euforia e deslumbramento dos descobrimentos, a corrupção nos costumes, o despovoamento do reino ao cheiro das especiarias e do ouro, a desertificação das terras e campos do interior deixados a monte, enquanto nas cidades portuárias, principalmente Lisboa, com a consequente falta de braços na agricultura ainda não recuperada da Peste Negra.

O estado do país pode avaliar-se da carta de Nicolau Clenardo¹⁷ em que entre muitas outras negruras diz que em Portugal se não encontrava um só casal legitimamente constituído. Com todo o hiperbolismo com que tenha carregado a informação aos seus amigos dos Países Baixos, fica ainda muito de verdade, confirmada pelos intelectuais e escritores mesmo leigos do país de então.

O condado da Feira não estava a salvo. Para mais havia ainda a fúria da grandeza, a qualquer preço, a escravatura, a astúcia dos nobres e o seu enriquecimento à custa dos pequenos, de que o apontado instituidor, conde D. Diogo, é exemplo. «*As peles que os nobres vestem são as peles dos lavradores explorados*», de que D. Diogo era bem o exemplo.

Isto serve para dizer que não se estava em tempo para criar, mas para reiniciar uma prática esquecida ou, se ainda em prática amortecida, porventura para a revitalizar nesse 1503, com a participação de D. Diogo Pereira.

4.1.2. Os anos 1503, 1505, insistentemente re-feridos.

Além da falta de facto justificativo histórico motivante e aceitando o conde da Feira como seu au-

tor, nesse ano de 1503, a verdade é que autor algum o refere na sua biografia, ausência estranha e não comum num tempo em que acontecimentos desta natureza se registavam com os pormenores todos rodeados de elementos valorativos da personagem, quantas vezes para além do conveniente. Mas, razão não menor para fazer-se fixar em qualquer documentação, o comportamento do conde, um dos nobres que vestia a pele dos lavradores do condado.

Se verdade fosse, não lhe faltavam razões de sobejo para o gravar em lápide na sua ermida do Espírito Santo; ou na paroquial de São Nicolau, hoje da Misericórdia; ou no seu castelo, não só porque avantajaria o nome como apagaria ou diluiria as infâmias do seu procedimento para com o povo escravizado. A ter saído tão importante acontecimento da sua iniciativa ou com a sua intervenção directa, o conde não deixaria passar sem que algo memorativo da sua pessoa ficasse para a posteridade. Basta termos presentes os «*Livros de Linhagem*», para se ficar com a ideia de como funcionavam então as referências biográficas das personagens em foco, em geral, e em particular desta detestável, como se pode avaliar dos apontamentos que recolhemos. Vejamos.

4.1.3. Os anos 1503 e 1505, anos mais de ajuste de contas que de instituição de votos.

A partir do conjunto desses apontamentos ficamos com a sensação de que, por alturas deste ano de 1503, a grande peste de que o povo das Terras de Santa Maria da Feira ansiava por livrar-se era de D. Diogo Pereira, justamente o que mais negativo trato

¹⁶ Cf. «Rio Meão - a Terra e o Povo», 2º vol, 2001, edição da Junta de Freguesia de Rio Meão e Câmara da Feira, autor David Simões Rodrigues, Cap. 25, pg. 538, 540, 544, e vários outros casais e freguesias, como Escapães, etc.

¹⁷ Nicolau Clenardo (1495-1542). - Humanista flamengo que leccionou Latim, Grego e Hebraico em Lovaina, Paris, Salamanca, Évora, Braga, Coimbra, Granada. Veio para Portugal em 1538, a convite de D. João III, em vez de Erasmo que declinou o convite. As suas «Cartas», publicadas em Antuérpia, 1561, constituem hoje uma das fontes de grande interesse histórico para o estudo da sociedade portuguesa, marcada pela carga negativa dos Descobrimentos.

exerceu sobre as gentes destas suas terras que gemiam de sugadas por ele até ao tutano dos ossos.¹⁸

Na verdade, **esse ano de 1503**, mera coincidência?, foi o culminar de queixas sobre queixas baseadas nas contínuas e arbitrarias vexações.

E a tal ponto que já **em 1501**, haviam feito chegar ao rei D. Manuel I clamores de socorro dos que se viam continua, impiedosa e impunemente esmagados por excessos e violências na cobrança exorbitante de foros, rendas, peagens e portagens. Por isso, ouvidos os rogos deste povo, chegam à Feira, **em 11 de Outubro de 1501**, os oficiais da justiça enviados pelo corregedor da Estremadura por autos contra ele levantados em **15 de Janeiro** e em **1 de Setembro** desse ano. Mas o suborno funcionou. Porém, não fez cessar as queixas que aumentavam as vinganças. De tal forma que esta escalada, e outras razões de estado, moveu o rei a pôr-se a caminho desta Vila da Feira.

E assim é por que a **5 de Outubro de 1502**, D. Manuel I, no próprio castelo do conde, por mera coincidência ou propositadamente, «*aproveitando o ensejo*», publica, ele próprio, a sentença nas barbas do visado perante testemunhas de fora e do burgo que fazem parte da comitiva.¹⁹

Tendo presente este convulso ambiente de revolta do povo oprimido; de raiva e vingança do conde preocupado em sugá-lo, por formas diversas; de angústia da edilidade camarária ocupada na gestão das dificuldades;

Tendo presente as condições sociais, psicológicas e religiosas do momento haveria ambiente para se unirem todos para dar origem a este voto, que a prece ordinariamente associado à conjunção das três vontades, povo, conde e Câmara?

Seria suficientemente forte, teria as características que teve a de 1189 ou ainda a de 1202? Para mais, sem o suporte de uma peste que não terá afectado tão gravemente as suas vidas quanto outras? Não terá a peste de 1505, sem embargo, chamado antes as consciências a uma reflexão sobre o arrefecimento de prática já antiga, agora revigorada?

Esta problematização do facto à luz dos textos e dos contextos sociais, políticos, culturais, psico-

lógicos e religiosos do tempo tem a sua pertinência salutar.

Eis o repto convidativo a serena reflexão indispensável a uma análise em que qualquer paixão será sempre nefasta.

Para nós, o voto da Feira a S. Sebastião, estará ali descrito por Rui de Pina, tendo portanto surgido nos finais do século XII, - 1191, 1192, ou logo no início do séc. XIII, - 1205.

4.1.4. Factos comprovados, ponto de partida para a reflexão

a) - Interrompido por cinco anos, em 1749, recomeça em 1754. De novo interrompido em 1911, recomeça em 1912, com mais vigor e empenho geral o evento que neste 20 de Janeiro de 2005, os feirenses e amigos, de novo e felizmente, celebram.

b) -. Em 1503 ou 1505, terá havido algo semelhante aos eventos de 1749-1754. Os factos:

Os mordomos são nomeados por famílias que tomam o encargo, o tempo passa, morrem uns, ausentam-se outros, crescem dificuldades financeiras do povo e da autarquia, e a festa não se faz. Séc. XVI, tempo de profundas mudanças:

- **morais**, - tanta a confusão, desorganização da família que Nicolau Clenardo diz que nesse tempo em Portugal rara a família legitimamente constituída;

- **sociais**, - a nobreza mercadora, a burguesia nascente, o povo espreitando a sua vez;

- **económicas**, - o excesso de riqueza de uns, de pobreza de outros e as assimetrias da província e da cidade, com especial relevo para a hipercefalia de Lisboa onde tudo se concentrava;

- **populacionais**, - a desnatalização e desmem-

¹⁸ Se era esse o desiderato do povo como fácil e naturalmente se deduz que fosse, veio a acontecer com a sua morte em 17 de Agosto de 1509. Foi com ela que se libertaram dos arbitrários e constantes atropelos à sua vida, como se vê.

¹⁹ ANTT — Chancelaria de D. Manuel, gaveta X, maço 12, nº 16, in. Arquivo Distrital de Aveiro, vol. XIX, nº 74, 1953, pg. 81 a 95. Artigo de Vaz Ferreira.

bração das famílias cujos pais e filhos maiores se lançavam na aventura dos mares e da Índia, a que se juntavam as mortes e as deslocações das gentes. Depois vem o esquecimento, as dificuldades e o fim de muita prática antiga.

Mas aparece nova epidemia e o povo acorda para a realidade. Por isso, dentro da lógica da história dos tempos e da documentação disponível, será mais seguro, em 1500 e poucos, falar de renovação de uma prática vinda já de 1193 ou de 1200 e poucos. (Veja 4.1.8.)

4.1.5. Durante este século XVI, surgiram mais cinco pestes, de que se podem destacar duas:

Em 1505, teve início outra peste vinda de Roma em nau que aportou em Lisboa, a que confinou, praticamente, e arredores.

Em 1521, outra que atingiu também a cidade do Porto mas dela quase não saiu. Mas as descrições mesmo destas duas, não sabemos porquê, dão-nos a sensação de a terem influência, apenas a de despertador. A todas faltam os condimentos que ordinariamente acompanhavam o surgimento de «voto» desta natureza e dimensão, pois, em princípio:

radicava em acontecimento de «peste, fome e guerra» que entrava profundamente no povo e suscitava sentimento colectivo de socorro de São Sebastião. Repetimos que não são de todo convincentes os tempos, as descrições, os relatos, as circunstâncias de 1505 e 1521. Por outro lado os tempos não iam de muita fé, o estado de coisas apresentava-se francamente mau, e se fracos os motivos, nada resultava.

E justamente por isso é que ponderosas razões adicionais conjuntas nos conduzem mais fundo no tempo para aí nos encontrarmos com a verdade dos factos, verdade sempre por encontrar, sobretudo em matéria tão sensível, e tanto que pode tocar nas indesejáveis fronteiras da «lenda a escorrer na história»,²⁰ tão próprio desses medievais anos, 1193, ou 1205.

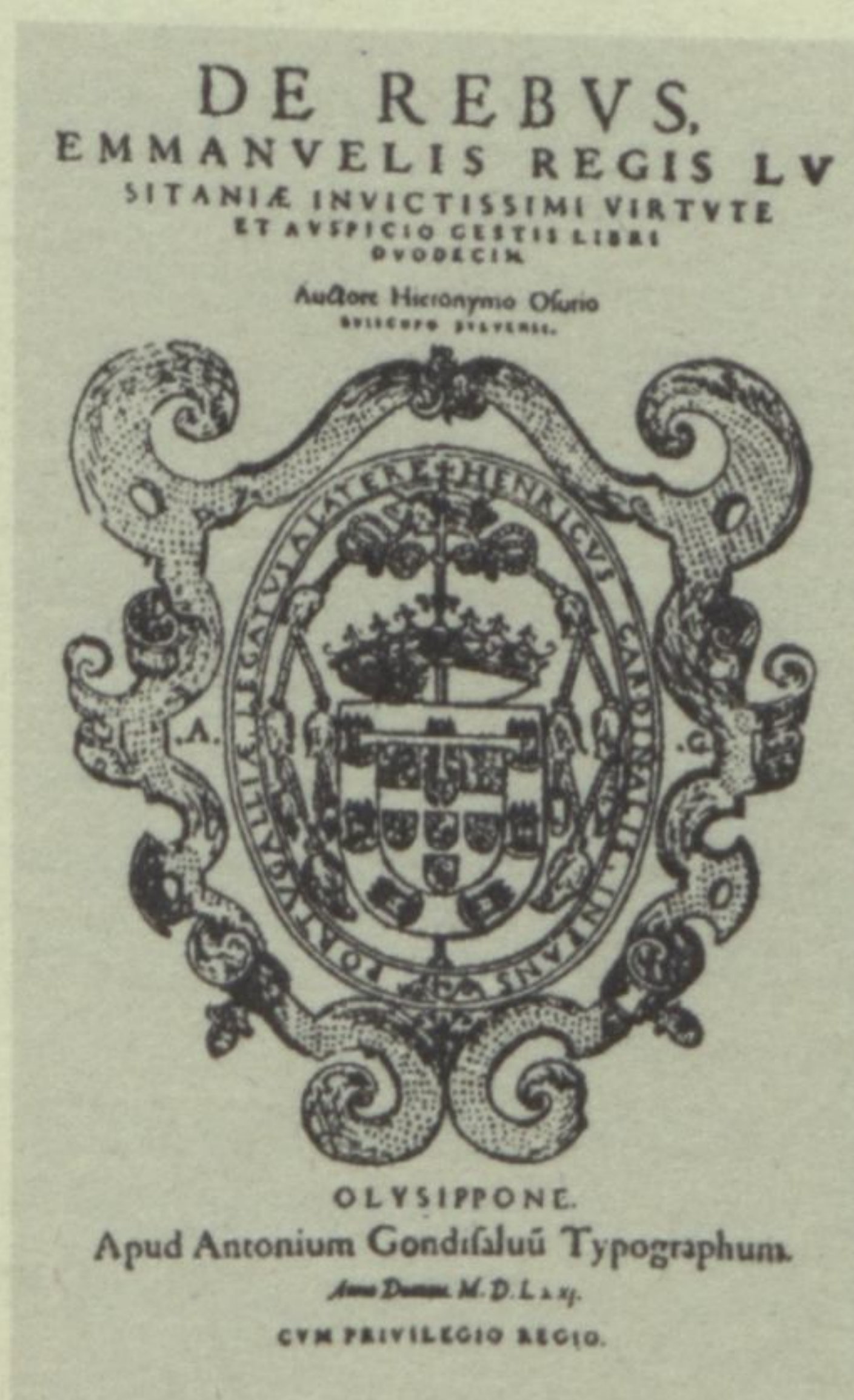
Mas não do tempo do Humanismo cuja característica fundamental é a procura e identificação racional das raízes e fontes dos factos.

4.1.6. Uma das características gerais destas romarias votivas, muito antigas, é não deixarem na tra-

dição local rasto algum da memória do ano, ao menos das circunstâncias claras das suas origens, pois escorrem-nos de tempos e espaços próprios, como acima deixámos sugerido.

Aparecem, de ordinário, sem tempo determinado, invariável marca da Idade Média, espaço propício à gestação e implantação de práticas como a das Fogaceiras da Feira, que nos chegam envoltas de mistério, sem dados precisos de quando, em que exactas circunstâncias, que intervenientes públicos ou privados, que lhes dêem o mínimo de consistência histórica ainda que deturpados pela tradição popular. Para mais, a data apontada, 1503, relativamente próxima, não deixou registo de facto significativo que a possa sustentar,²¹ para além de dois surtos epidémicos circunscritos e sem importância de maior relatados por D. Jerónimo Osório na «Crónica de D. Manuel I».

4.1.7. Depois daquela data, pestes, tirante a febre amarela em 1723, que atingiu gravemente as populações, foram surgindo algumas que, por débeis,



«De Rebus Emmanuelis Regis...», Crónica de D. Manuel.

²⁰ Fernando Pessoa- «Mensagem».

²¹ É certo que a maior parte da documentação das Câmaras anterior ao séc. XVI desapareceu praticamente toda. Não se sabe ainda se estas produziam muita ou pouca nem o pormenor a que desciam.

nada apresentam que atemorizasse o povo. Tratando-se de época já muito próxima dos nossos tempos apresentar-se-ia na tradição com os seus contornos mais definidos e os registos delas mais claros. Ora, a verdade é que nada disso acontece, mantendo-se a expressão do vago «*desde tempo immemorial*», «*não temos a certeza da origem...*», expressões aparecidas em 1753, o que auxilia a compreender as razões que nos assistem para colocar o **aparecimento** muito antes, como dissemos, **nos finais do séc. XII**.

Porquê? Veja-se:

1. Os anos de 1753 e 1758 estão a 250 de 1503, data apontada, muito próxima. Compreende cinco gerações, no máximo. Nesses tempos de tradição viva, não se compreende que se diga «*tempo imemorial*», «*não temos a certeza*», tanto mais que a tradição, por gerações, conservava acontecimentos marcantes revestidos de cores impressivas a séculos de distância. Por vezes acrescidos de pontos e contos? Não interessa para o caso. Aqui apenas entra o facto.

2. No ano de 1697, publica-se o «*O Ceo aberto na terra*», a 160 anos, a pouco mais de duas gerações e nem sequer uma palavra sobre a celebração do voto em que participavam os condes com toda a sua comitiva e todo o povo.

4.1.8. Na Crónica de D. Manuel I, (1495-1521), D. Jerónimo Osório²² (deixou informação sobre pestes, 1503, 1505, 1527 e outras.

Em 1503, deu-se uma dessas epidemias ou **pestes de mal conhecidos contornos**. Intensas e contínuas tempestades acompanhadas de alterações climatéricas, deixaram atrás de si um rasto de destruição das sementeiras e plantações. Inevitável, a fome assentou arraiais. Enfraquecidos, os corpos ficaram à mercê da invasão das doenças tornadas epidémicas.²³ Mas, nem sequer os tratadistas a circunscreveram ou falaram no caso específico da Feira, como aconteceu no espaço cronológico em que a situamos e nos termos de Rui de Pina.

Efectivamente os autores são unânimes em classificá-la de «*mal conhecida*». Sendo assim, não dei-

xou as graves marcas psicológicas no seio do povo que suscitassem o aparecimento de um voto desta natureza nesta altura quando a Feira havia já passado por momentos bem mais dramáticos que estes. Estamos a pensar, por exemplo, na «**Peste Negra**», 1348/1350. Esta sim, embora em parte alguma seja nomeada a Feira, porque foi tão abrangente que atingiu tudo e todos. De consequências também psicológicas inimagináveis, não estaria mal alguém inclinar-se a encontrar aqui as raízes do surgimento do voto das fogaceiras.

A ideia surgiu-nos quando passavam pelos nossos olhos documentos e documentos para a Monografia de Rio Meão. Trouxeram-nos eles de forma viva as gravíssimas consequências económicas e sociais traduzidas no colapso demográfico e económico, base das grandes crises europeias que se lhe seguiram, prenunciando a viragem para a saída da Idade Média e a entrada na Idade Moderna. Mais que a queda de Constantinopla, cem anos depois, (1453) mas convencionalizada para essa passagem e estabelecimento dicotómico.

Nos milhares de folhas dos tombos de Malta, 1635, 1735, 1758, podem ver-se descrições de centenas de Casais da Ordem. A mais de trezentos e quatrocentos anos, a maioria desses casais ainda não havia recuperado nem a população, porque ainda «*ermados*», nem a cultura dos campos, porque tudo «*matos*».

Impressionante a constatação dessas consequências em terras da Feira e vizinhas.²⁴ Bem podia estar aqui a sua origem. Porém, a **nosso modesto ver a celebração do voto já existia**.

É muito mais antiga a sua origem. E tanto que a Feira pode estar a comemorar neste 20 de Janeiro de 2005, não os modestos 500, mas os 800 anos de uma das suas grandes tradições.

²² D. Jerónimo Osório, grande humanista português, como tal reconhecido na Europa do Renascimento, nasce em Lx. em 1506 e morre em Tavira em 24.8.1580, bispo do Algarve.

²³ Dicionário da História de Portugal, Vol. I, pg. 62 a 64, Direcção de Joel Serrão, 1968.

²⁴ Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Arouca, Froços, e outras, por onde se estendiam os Casais da Comenda.

Não queremos dizer que este 1503, ou 1505, não esteja integrado na sua história. Porém, simplesmente como ano de **revitalização**, mesmo **reinício**, como em 1753 e 1912.

O que se aventa é que a epidemia de 1503, sem as dimensões referidas, terá acordado o povo e a edilidade para um compromisso assumido três séculos antes. Amortecido, quase em desuso o voto, por falta de empenho religioso, dificuldades financeiras, de mistura com os «fumos da Índia». Nesse ressurgimento terá intervindo o 2º conde da Feira D. Diogo Pereira, ainda que de má memória. Estes arrefecimentos da alma do povo provocando quase abandono ou mesmo hiatos mais ou menos prolongados não seriam caso único no percurso histórico da festa como comprovam as interrupções de 1749 a 1753, e 1911.

Parece no «Elucidário Nobiliárquico, I, de Afonso de Dornelas, escritas e iluminadas por António da Holanda e João Menelau. - Diz-se que há cópia de pergaminho em 7 folhas, na Biblioteca da Feira. (Confer Arquivo do Distrito de Aveiro, fl.92, 1953, vol. XIX, nº 74.) Ibidem, fl.117 e segs.)

5. Estas fogaceiras, o que delas anda em obras e autores.

A primeira referência que sobre elas encontramos foi em 1753.

5.1. A Casa do Infantado na restauração das Fogaceiras.

Documento onde pode encontrar ainda argumentos aduzíveis para a sustentação da nossa tese.

De 1749 a 1754, esteve interrompida a celebração das Fogaceiras de São Sebastião, para o que militaram factores que o alvará de restauração dado pelo Infante D. Pedro²⁵ esclarece:

Os mordomos eram nomeados e saíam habitualmente de certas famílias gradas do burgo. Ora, uns iam morrendo, outros ausentavam-se para outras terras e outros continentes. Juntava-se-lhes o desleixo do povo e o abandono das autoridades incumbidas de organizar as celebrações do voto. A própria Câmara li-

mitada nas verbas por penúria endémica do povo; retraía-se. Para referir apenas as principais razões subjacentes justificativas dessa interrupção, que muitas outras não faltariam.

Perante o exposto pela Câmara da Feira, para que possa recomeçar e não mais volte a interromper-se, o Infante D. Pedro ordena que se estabeleça uma comparticipação do erário da Casa do Infantado estabelecendo uma verba especialmente destinada ao evento consultada a edilidade sobre o montante necessário. Para evitar novas situações de interrupção determina que os **trinta mil réis** concedidos sejam: **fixos e para sempre**.²⁶

Por isso, celebradas as festas ainda em 1748, interrompida a tradição multissecular em 1749, fácil é concluir que esteve interrompida nos cinco anos seguintes, pois só em 20 de Janeiro de 1754 tiveram o seu reinício, graças ao **bom acolhimento que a súplica da Câmara da Feira e do seu povo teve junto do Infante D. Pedro, que a restaurou por alvará de 6.6.1753.**

Não nos consta, historicamente e por outra fonte, que o móbil fosse nova peste que viesse acordar os responsáveis pelo evento. Mas, a verdade é que a Câmara lançou ao infante esta autêntica farpa, «...*no qual tempo, (da interrupção) houveram tantas doenças que moveo ao povo...*». O Infante era conhecido como pessoa enterneável e por isso subrepticamente lançam-lhe esta «piedosa», mas grande mentira que qualquer incauto pode tomar como verdade. Dessa falsidade se tornou eco o documento de concessão do pedido. A palavra do alvará é do Infante, mas a do Infante é o eco do que lhe en-

²⁵ Trata-se aqui de D. Pedro III, infante até ao casamento, em 6.7.1760, com a rainha D. Maria I, sua sobrinha, filha de D. José I, de quem era irmão. Nasce em 1717 e falece em 1786. Subiu ao trono com a mulher feita rainha, morto o irmão em 24.2.1777, pai da mulher.

²⁶ Se interrompida 4 anos e o alvará a restaurou em Junho de 1753, ter-se-ia interrompido em 1749, contado o ano da restauração; 1753. Em 20 de Janeiro de 1754 se reiniciou. Explicámos que os quatro anos não englobam o ano da concessão embora se não realizasse. Cinco são os anos de interrupção, 1749 a 1754.

viou a Câmara,²⁷ cuja não credibilidade é clara, porque não há referência histórica a "tantas doenças", o mesmo que epidemia, o que não aconteceu, pelo menos não é referida pelos historiadores do tempo.



Infante D. Pedro, da Casa do Infantado. Aqui já casado com a sobrinha, D. Maria I.

5.1.1. Alvará do Infante D. Pedro, 1753

Em 6 de Junho de 1753,²⁸ o Infante D. Pedro, atende a petição dirigida pela Câmara da Feira e concede-lhe o subsídio anual perpétuo de 30 mil réis *«para se fazer a festa e procissão do Senhor Sam Sabastiam»*. Assim:

«Eu Infante Dom Pedro, etc.. Faço saber aos que este meu Alvará virem que sendome presente em consulta da Junta das Justissas do meu Estado do Infantado um requerimento que me fizeram os oficiais da Câmara da Villa da Feira expondome que de tempo immemorial sempre se fazia na mesma villa huma Festa e Procissam solemne com tres fogassas a Sam

Sabastiam e que nesta devoçam experimentavam os povos da mesma villa e termo aplacaçam nas doenças e contagios, e porque a despesa andava por sorteio entre algumas pessoas principais da terra, succedeo morrerem humas e absentaremse outras pello qual motivo se nam continuou por quatro annos²⁹ tam pia devoçam de votto, no qual tempo houveram tantas doenças³⁰ que moveo ao povo da dita Villa a hir à Câmara perante os officiais della e seus antecessores³¹ a requerer se fizesse porque à mesma (Câmara) pertencia (fazê-la) por ser votto; os quais officiais e também os suplicantes continuaram em a fazer com a devida solemnidade, mas como succede despender trinta mil réis me pediram conceder-lhe ... mercê a dita despesa se pague pelos rendimento da Câmara e conselho ... a ter dos mesmos rendimentos ordenando que a Câmara continua(sse) em fazella sempre dandolhe como culpa a falta da continuação, na qual súplica faz, ouvido o Procurador do Estado do Infantado

Hey por bem e ordeno que a despesa feita na dita festa e procissam ...de Sam Sabastiam pelos officiais da Câmara da Villa da Feira em que se despenderam trinta mil réis em cada hum anno será satisfeita pelos rendimentos da forma sobredita, salvo a «terça rial», e que assim se continue daqui em diante pera sempre pellos officiais della sucessivos sendo-lhe dado em culpa nos annos que a ella faltarem, que lhes ponho de obrigação sahindo a dita despesa das duas referidas partes dos mencionados rendimentos. Pelo que mando ao Provedor da Comarca actual e futuros leve sempre em conta a referida quantia...

²⁷ Houvesse actas das «conferências» da Câmara desta altura e muito problema teria solução mais clara. Mas, como deixámos claro atrás, presumível e lamentavelmente, em qualquer circunstância, levaram descaminho, encontrando-se disponíveis livros de actas da Câmara da Feira desde 1780, quando de outras câmaras de 1500 e até de antes.

²⁸ AHCMSMF - Livro de Registo de Alvarás e Provisões, B/A, nº 10, 1750 - 1754, f. 115 - 116. O oitavo e último conde da Feira, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel, morre em 15.1.1700, levando à extinção do Condado porque sem filhos legítimos e esgotada a linha geracional, pese deixasse 16 bastardos. Nova instituição, a «Casa e Estado do Infantado», toma o lugar no ano de 1708. Verá em «Quintas da Feira» e «Familiares do Santo Ofício da Feira»

contandolhe que se gastem na dita Festa e Procissam nas contas que cada anno tomar à mesma Câmara e a convidar a Câmara que cumpra e faça cumprir este instrumento na forma que nelle se contém sendo por mim assinado e passado pela Chancelaria do meu Estado. Dado em Lisboa em trinta de junho de mil setecentos e cinquenta e tres. Infante Dom Pedro». (30.6.1753)



Procissão das Fogaceiras, da Matriz passando pela Rua.

Como se verifica este é o

*«Alvará por que há Sua Alteza por bem fazer mercê aos officiais da Câmara da Villa da Feira de que os trinta mil réis que se têm despendido na Festa de Sam Sabastiam da Villa sobredita se satisfassam pellos rendimentos das duas partes dos bens da mesma Câmara com que os officiais que daqui em diante faram parte da referida Câmara continuem em mandar fazer a dita festa para sempre satisfeita a sua despesa do dito modo como nella se declara por resolução de Sua Alteza de 6 de Junho de 1753, tomada em consulta da Junta de Estado do Infantado em 30 de Maio de 1753.» a) José Cardoso Castelo, José Rualdo Pereira de Castro; João Lucas de Barros de Mesquitta o fez escrever.»*³²

Donde se conclui que as Fogaceiras, interrompidas já em 1749, recomeçam a 20 de Janeiro de 1754,

²⁹ De facto não havia quatro mas cinco anos que se não realizava. O alvará não terá incluído no cômputo o ano da concessão, 30.6.1753. Mas, já em 1749 se não realizou e a concessão é feita quase seis meses andados da festa das fogaceiras. D. Pedro concede estes privilégios para que, por razões monetárias, não mais se interrompesse o voto a que ele, senhor da Casa e Estado do Infantado da Feira, parece sentir-se também obrigado. Passou mais esse ano de 1753 e só no seguinte, 20.1.1754, voltou a tomar-se de novo a tradição, interrompida nos cinco anos anteriores.

³⁰ O vigário Quintela nas ditas informações de 1758 prestadas à Academia Real da História por ordem do Marquês de Pombal omite dois factos importantes: 1.- A interrupção do voto, que se teria verificado entre já 1749 e 1753, incluso. 2. - A menção de qualquer epidemia grave na Feira, nesse hiato. Ora, sendo já vigário de São Nicolau e a terem existido, como se diz, «*tantas doenças*» seria ele testemunha das marcas indubitável e visivelmente deixadas na vida local. Ora, consultados os livros de registo paroquial, nada de anormal verificámos nos registos de óbito que indicasse qualquer alteração demográfica indicativa de epidemia. É certo que não vistoriámos os das restantes paróquias do concelho, mas não eram, nesses tempos, significativas as diferenças, também em termos epidémicos, entre a sede e as restantes povoações do concelho por interiores que fossem. «*a casa que se dizia hospital*» por vezes nem enfermeiro tinha. Os óbitos ali ocorridos eram, os mais, de passantes, romeiros, viandantes, pobres e soldados... Consultando ainda tratados e obras de surtos epidemiológicos achámos que entre 1723 e 1862 se registaram alguns acidentes de febre amarela, dos quais, o reputado de mais grave se circunscreveu aos pescadores de Cortegaça que apelaram para os socorros do partido médico municipal. Diga-se em abono da verdade que alguns períodos ali escritos pelo Padre Quintela nos trouxeram sentimentos de reserva de credibilidade histórica. É muito provável ainda, que não vivendo na Feira D. Pedro, nem os seus funcionários, os suplicantes carregassem as tintas de negrura hiperbólica de modo a mais facilmente obterem despacho do pretendido, aliás como veio a acontecer. Na verdade, dizem-lhe que, desde 1749 a 1753, «*houveram tantas doenças que moveo ao povo da Villa a hir à Câmara*» para que de novo se fizesse a festa de São Sebastião que vinha «*de tempo imemorial*». Se verdade, os tratadistas de epidemias não as mencionaram, nem delas fez o mínimo caso o Padre Quintela. Seria para impressionar e comover o Infante par obterem mais fácil e favorável despacho, como aconteceu? Mas estas coisas não são historicamente saudáveis, pois a documentação directa, ela própria, pode estar viciada ao conter inverdades de circunstância, como parece ser o caso. Se verdadeiras as epidemias referidas, o Vigário não teria omitido coisa tão grave, e, para mais, tão próxima. Repetimos, os registos paroquiais não confirmam a negrura das tintas epidémicas, nem de longe, pois o índice do obituário se manteve em níveis normais, inalterado nesses anos. «*Piedosa mentira*» que custa trabalho ao investigador. As coisas, até a partir dos documentos, como se vê, não são tão lineares quanto parecem.

pois não consta que a tivessem iniciado nesse 1753. Mas tudo isto o padre Quintela ignora por completo, apesar de tudo se ter passado na vigência de vigário da Feira

5.2. Outras interrupções.

Mas não foi aquela a única vicissitude imperativa da sua interrupção, de que há notícia escrita.

Também se não realizou a **20 de Janeiro de 1911**. Achava a recém proclamada República, 5.10.1910, não dever meter-se nessas coisas de festas de santos, por mais que fossem do povo e a não realização ferisse os seus profundos sentimentos, como feriu.

Mas logo a seguir, **20.1.1912**, emendou a mão, permitindo que se volte a celebrar. Mais ainda. Sai uma declaração da Câmara, como até então nunca saíra, a proclamar **este dia feriado municipal**, que se guarda ainda hoje.

Em **15 de Julho de 1939**, a Câmara, da presidência do Dr. Roberto Vaz de Oliveira, «*chama a si a direcção da festa das Fogaceiras e o encargo de a fazer a expensas suas, considerando-a oficialmente «a festa do concelho» e também «do povo da Feira», o que abrangia não só a sede mas ainda todas as freguesias do aro do concelho chamadas a participar activamente com seus párocos, regedores, presidentes da Junta de Freguesia, bandeiras, insígnias, estandartes, associações, fanfarras, filarmónicas, sindicatos, Casas do Povo, Bombeiros. Em 1940 eram 70 as fogaceiras, simbolicamente tantas quantas as freguesias do concelho. Todas levavam*

*«a boroa de pão doce à cabeça, castelo em cera...»*³³

6. As Fogaceiras nos Autores

6.1. O Vigário Quintela,³⁴ - em 20 de Abril de 1758,

«*22. Enquanto às antiguidades achamos duas dignas de ponderação ainda que não temos a certeza da origem delas; a primeira é que no dia vinte de Janeiro se faz a procissão de São Sebastião como nas outras camaras do Reino; porém nesta usam de umas cinco fogaceiras, três das quais cada uma leva uma*

*fogaça que terá um alqueire de trigo; outra com hum taboleiro com cinco vellas de meia quarta³⁵ sem serem ainda usadas, a outra um castelo ornado de muytas bandeyras; para este menistério se escolhem cinco donzelas que neste dia se exornam com muitos e costosos vestidos advertindo que as mesmas três fogaças depois de recolhida a procissão se dá huma ao Convento, outra à Camara, e outra para os moradores desta villa».*³⁶

O Padre Quintela que em 1758 faz estas informações à Academia, deixa entender que também outras câmaras do País têm igual festa.

³¹ É nosso parecer que a expressão está aqui no sentido que na época se lhe dava, isto é: hierárquicos, superiores, mandantes, primeiros em termos de poder, de mando e não no sentido cronológico, por isso, passados, já cinzas.

³² Registado no Livro da Chancelaria de 1751, a fls. 361 e assente no..... de 1750, fls. 255 ... 10 de Agosto de 1753. a) João Lucas de Barros de Mesquita, Lisboa 18 de Agosto de 1753, fls. 80, Livro da Receita do Tesouro da Chancelaria ... 30 réis é do conhecimento que comigo assina pagou 80 réis, Lisboa 18 de Agosto de 1753, a) João Lucas a fez.» Cumprase....» Feira, de Setembro o primeiro de 1753... Ferreira.» «Nam se continha mais na dita provisam que eu José Soares Ferraz da Silva escrevam da Camara nesta villa da Feira fiz copiar da provisam que fica no Arq.vo da Câmara nesta Villa da Feira, 4 de Setembro de 1753. E eu a) José Soares Ferraz da Silva assinei.»

³³ «Correio da Feira», Fevereiro de 1940. In «Lamoso, Factos e Personalidades, pg. 203.

³⁴ ANTT —Dicionário Geográfico, vol. 15, nº 32, fl. 195 e segs.- Memórias Paroquiais do séc. XVIII, Freguesia de S. Nicolau da Feira, informações solicitadas sobre a história da Feira e que presta à Real Academia da História, nº 22, :

³⁵ Equivalia a «meia quarta».

³⁶ «A segunda (antiguidade) é no dia vinte e quatro de Junho no qual dia todos os homens que servem, e tem servido a republica, montados a cavalo com a bandeira da Câmara adiante, e os vereadores com suas insígnias vão um ano à freguesia de S. João de Ver e nesta igreja se canta uma missa, à de São João da Madeira do mesmo modo. Chama-se nesta terra a esta função a sina. Não sabemos a origem, e a notícia que temos referiremos no compêndio das cousas menos verosímeis.» E aí diz : « A tomada deste castelo aos Mouros só anda nas tradições do vulgo, o qual assevera que o primeiro conde da Feira intentando conseguir a terra, a posse do Castelo, e do título, por indústria prendera um cão que era fiel guarda de todo ele a qual falta foi muito sentida dos seus senhores, e que tendo-o uns poucos de dias



Pinho Leal.
Autor do «Portugal Antigo e Moderno».

6.2. Pinho Leal e a Feira, 1878:-

«Faz-se aqui no dia 20 de janeiro, à custa da câmara, a festa de S. Sebastião, vulgarmente chamada das fogaças ou das fogaceiras (fogaças é uma espécie de bolos e fogaceiras, as pequenas que as levam).

Consta que esta festa se instituiu por ocasião de uma peste que assolou todo o reino³⁷ em 1505. Dizem uns que foram os alcaides-mores do castelo que principiaram esta festa, outros que foi a câmara e o povo. Parece mais provável que fosse a câmara e o povo. Todavia é tradição que foram os condes da Feira, e que no dia em que se fez a festa cessou a peste. Estas fogaças que não são para comparar com as de Pombal, Abiul, e outras do S(ul) do reino, pois apenas conterão um alqueire de farinha, teem contudo a mesma origem e etimologia, pelo que, quem quiser saber isto circunstanciadamente veja - Pombal - que é onde a cousa teve princípio.»³⁸

6.3. «Usos e Costumes que se observam nesta Freguesia...»³⁹

«A última festa é de São Sebastião que é a 20 de Janeiro a que chamam das Fogaceiras: O Reverendo Vigário canta a missa a quem o Senado dá de esmola dois mil e quatrocentos réis, que ele reparte pela maneira seguinte. Esmola da missa oitocentos réis, aos do Evangelho e da Epístola quinhentos..., ao coro oitocentos réis, ao turíbulo cem réis, ao sineiro duzentos réis.»

E nada mais se diz sobre o assunto.

6.4. 1932 - Em «Etnografia», José Leite de Vasconcelos

sem comer ajustara o dia do assalto para a manhã do dia vinte e quatro de Junho, dia festivo por ser do Baptista, e que levando o cão atado e faminto enquanto a sentinela da porta chamada da Traição por isto mesmo se detivesse em o festejo do achado cão, e sua fiel companhia; podiam entrar repentinamente, e assenhorearem-se do castelo, como fizeram, e que por esta causa se diz ficara a obrigação de irem todos os homens que tem servido e servem a republica a S. João da Madeira ou a S. João de Ver da sorte que dissemos acima e que por esta razão se chama a sina.» Fim do Apêndice: *«Mais nos consta que a causa de não se acharem escritos os privilégios desta vila é por se ter queimado o Cartório de sua Câmara.»* (Aquele termo «sina» com que baptizavam a procissão-romaria a S. João, de Ver e da Madeira, em anos alternados, tomou o nome da «sina», isto é, «bandeira», pois esta encabeçava e abria a dita procissão a cavalo.

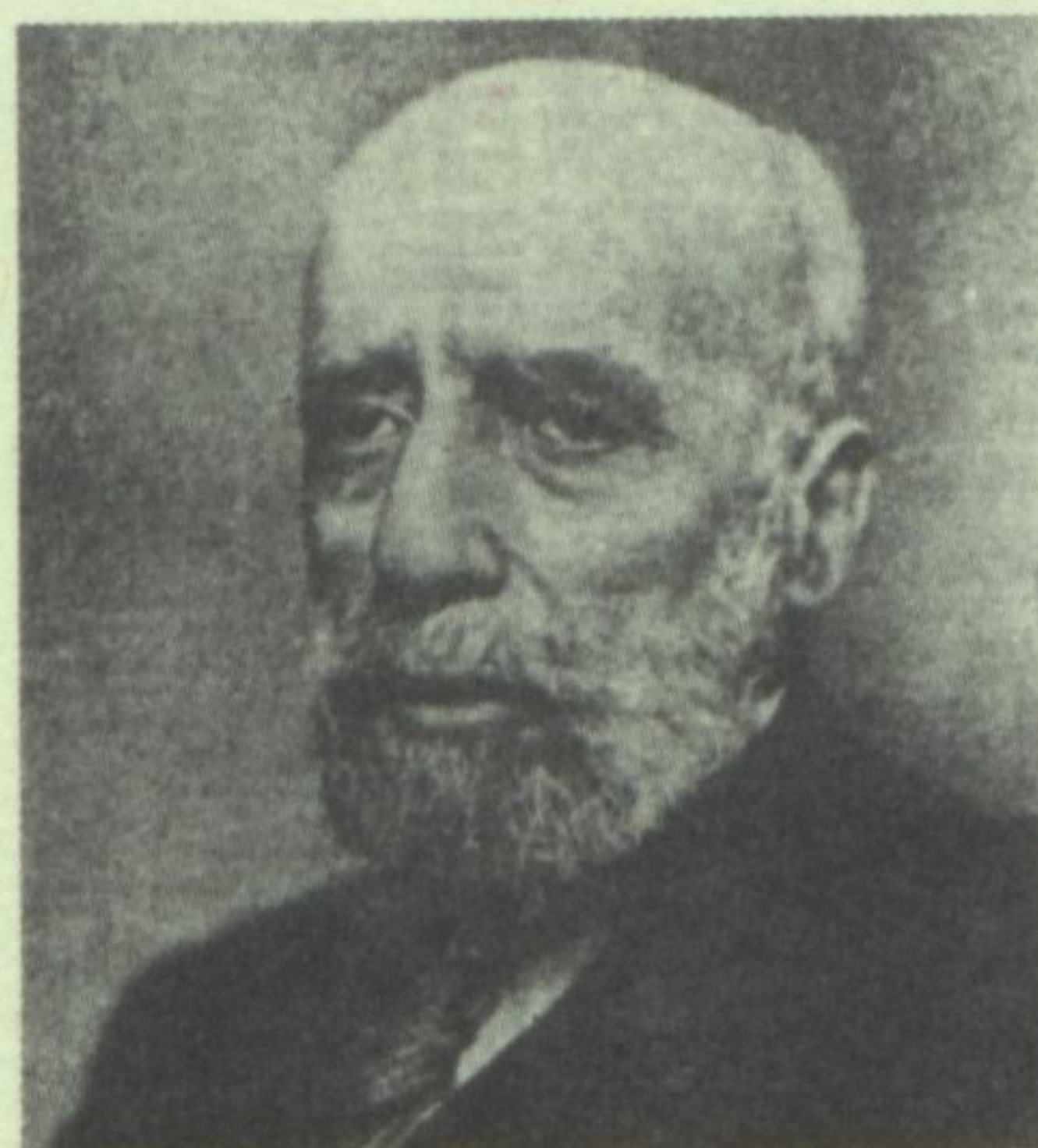
³⁷ Comprova-se em outro lugar que o autor fala de cor ou pela voz da tradição, sem conhecimento científico. Bem andou o Vigário Quintela, mais de cem anos antes, ao dizer: *«...não temos a certeza da origem delas...»*

³⁸ «Portugal Antigo e Moderno», Grande Dicionário Histórico, Chorográfico... de Portugal, Vol. III, pg. 158, 2ª col.

1. Aquele *«onde a cousa teve princípio»*, partimos do princípio de que se refere à designação do pão votivo, *fogaça*, que teria origem no nome da instituidora do bodo de Pombal, certa *«Maria Fogaça»*, no princípio da nacionalidade.

2. Aquele verbete de Pinho Leal sobre a Feira, achámo-lo cruel, ou porque esteve em contacto directo com tudo o que lhe deixou essa profunda impressão de amargurada negatividade por estar ligado a ela afectivamente ou por qualquer indelicadeza com que terá sido tratado quando recolhia história. Incliamo-nos para o primeiro fundamento. Pelo que temos lido, a Feira encontrava-se votada ao mais vil dos abandonos, pior ainda, espoliada da sua nobreza e dignidade por parte dos que em nada e para nada servindo de tudo se serviam para lhe dar esse ar de abandono. É da história local que só um não filho da terra tentou levantá-la da *«apagada e vil tristeza»* em que os próprios filhos a fizeram mergulhar. Pinho Leal, vê-se no seu discurso histórico, sentiu essa para si pungente realidade a que deu voz na forma como exprime o presenciado. Segundo Pinho Leal, o homem a quem muito se deve do ressurgimento da «Vila da Feira», o qual lhe deu um ar de leveza e esperança, é o Dr. Fausto da Veiga Campos, feito entrementes Delegado do Procurador Régio em Abrantes, funções que aí exercia ainda no ano de 1880.

³⁹ *«Há na Paróquia desta Vila um livro encadernado com oito meias folhas de pergaminho, que tem (este) título».* pg. 268. Assim o Conde de Ourense Correia Leal, na sua Quinta do Reboleiro, inicia a transcrição desses usos e costumes em precioso manuscrito pelo qual se verifica quanto documento precioso desapareceu ao longo dos anos nesta terra. O manuscrito em referência encontra-se no arquivo da Casa da Portela, gentilmente franqueado pelas titulares da Casa. Aqui deixamos a nossa expressa gratidão, pois, em diversas ocasiões, por necessidade de consulta tivemos de recorrer à permissão nunca regateada pelas ilustres senhoras.



Leite de Vasconcelos.
O maior etnógrafo português.

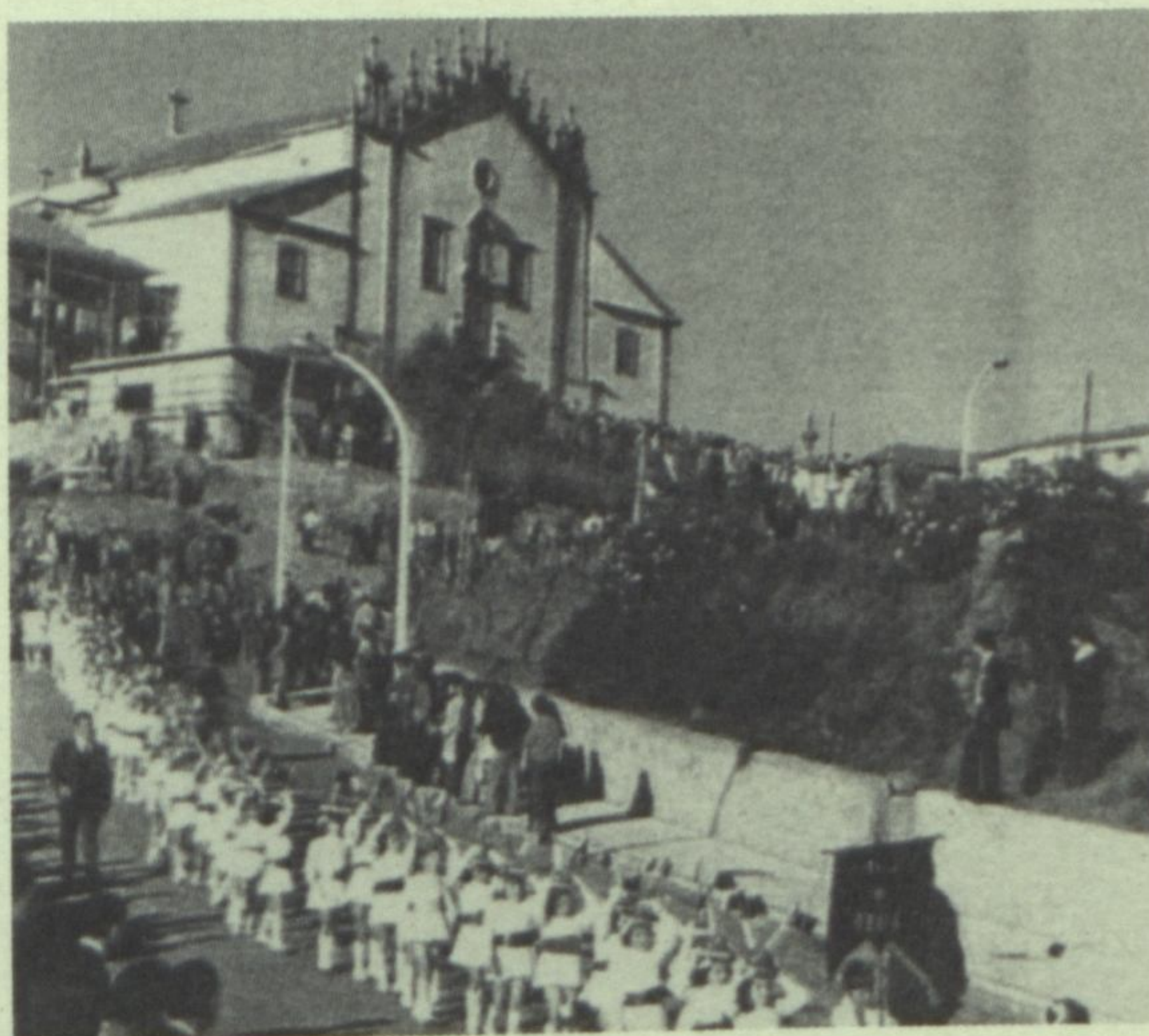


Arlindo de Sousa.

Esta comemoração foi «instituída, segundo uns por ocasião de uma grande peste que assolou o País, em 1505, pelos alcaides-mores ou pela Câmara e o povo.

A tradição conta que foram os condes da Feira os instituidores da encantadora festa de que é patrono São Sebastião, acrescentando que, no próprio dia do voto, a peste acabara ... É a mais antiga e querida festa dos povos das terras de Santa Maria. Organizou-se como antes se costumava, saindo da Misericórdia com as virgens fogaceiras que conduzem os pães à igreja matriz onde são benzidas na missa solene...»⁴⁰

6.5. – A «Grande Enciclopédia Luso Brasileira»,



Igreja da Misericórdia.
Daqui partiam as fogaceiras para a Matriz, algumas vezes.

1945, diz apenas a insignificância de: um artigo definido, um substantivo, um predicado e um predicativo-adjectivo: «as fogaçãs são deliciosas». E nada mais. No fundo redutível a dois elementos. Fogaçãs deliciosas.

6.6. Dr. Arlindo de Sousa

«Saía o cortejo dos Paços do concelho. Meninas de branco, levando à cinta largas fitas de cor, conduziam as fogaçãs, (à cabeça), que eram submetidas na igreja, às cerimónias tradicionais de carácter religioso. O elemento civil dava-lhe invulgar imponência. Tomavam parte os membros do Município, uniformizados com trajos de gala, - casaca e larga banda azul e branca, a tiracolo - todos os regedores do concelho - alguns fardados - com os respectivos cabos de ordens, que seguiam em marcha lenta, de arma às costas, com uma flor na extremidade do cano. A representação de cada freguesia ocupava, na procissão, o lugar que lhe pertencia, segundo a ordem alfabética. Algumas eram abrilhantadas com tunas musicais.»⁴¹

6.7. «À Descoberta de Portugal», 1982

«A festa tem lugar a 20 de Janeiro e atrai multidões de forasteiros para assistirem ao cortejo e à procissão. O início é o cortejo cívico com acompanhamento de música, que sai pela manhã dos Paços do Concelho para a matriz. Nele se incorporam três raparigas requintadamente vestidas, cada uma com uma fogaça enfeitada. As três donzelas são acompanhadas por muitas dezenas de crianças do concelho - as fogaceiras - vestidas do mesmo modo. Na matriz realiza-se uma missa solene com a bênção das fogaçãs. Depois organiza-se a procissão que percorre o centro da vila com o andor de São Sebastião. Regressada a imagem à igreja, as fogaceiras voltam aos Paços do Concelho com o cerimonial da ida.»⁴²

⁴⁰ «Etnografia Portuguesa», Vol. VIII, fls. 121, José Leite de Vasconcelos, cita o diário «O Século» de 18.1.1932, cujo correspondente da Feira, aproveitando o anúncio da «Festa das Fogaceiras», diz da sua origem, como sabe.

⁴¹ Arlindo de Sousa, citado em «Feira, Terras de Santa Maria», pg. 61

⁴² «À Descoberta de Portugal», edição Selecções do Rider's Digest, 1982, 2ª edição, Outubro de 1982, pg. 135.



Paços do Concelho.

6.8. «Feira, Terras de Santa Maria»

É recente obra ilustrada sobre a Feira. Copiando cópias de cópias, fuge ao habitual 1503, ou 1505, e introduz, sem prova: *«apareceu na segunda metade do século XV ou durante o século XVI»*, devido a sucessivas pestes.⁴³ Então teríamos, depois de 1450 até 1599.

Não explica, porém, como chegou a conclusão tão vaga, forma pouco salutar de servir história.

Em 1749, já se não realizou, e assim por mais cinco anos, pois, só em 1753 ficaram resolvidos os problemas que determinaram a sua interrupção pelo que foi retomada em 20 de Janeiro de 1754. E mais de cinco anos estaria suspensa não fora a nova intervenção, agora da Casa do Infantado, por mão do infante D. Pedro. Diferença deste momento em relação aos seus congêneres do passado:

Primeiro: apesar dos novos ventos culturais do Renascimento, não era o povo português de 1503, e muito menos os seus precedentes, nem os seus governantes, produto do mesmo endémico atraso cultural, tão atentos e cuidadosos em tomar nota destes pormenores da sua história. Desse ano não há escrito algum que diga seja o que for sobre o voto. Se existiu, desapareceu.⁴⁴ Quem lida com a história facilmente aceita o nosso consciente assertivo.

Segundo: posto que exarado em qualquer acta

ou suporte de notícia, mesmo que de pedra se tratasse, todos sabemos do torvelinho de convulsões políticas e sociais que agitaram o burgo e das graves delapidações impiedosamente praticadas ao longo dos séculos e que vieram apagando grandes memórias: guerras, revoluções, incêndios, infiltrações de água, incúria, o «bota pró lixo» e o «bota abaixo» do camartelo.

Que fosse criada, nascida, lançada, instituída nesse ano de 1503, não achamos credível, com boas razões, entre as quais, e não a menor, se encontra, dizem, a comparticipação do conde, que, a ser verdade, haveria de perpetuar tal gesto em qualquer lápide que apagasse entre as suas gentes e as futuras a triste memória das violentas arbitrariedades, como se explicita noutro sítio.

7. O número de Fogaceiras e Fogaças

- A devoção antiga e o turismo moderno.

Não se sabe quantas seriam as «fogaceiras» e as fogaças no início.

Em 1758, eram apenas *«umas cinco fogaceiras»*. Destas, três levam, cada, uma fogaça. Uma será para o convento, outra para a Câmara e outra distribuída pelos moradores da vila. As duas outras fogaceiras transportam, cada, um tabuleiro com cinco velas e a

⁴³ «Feira, Terras de Santa Maria...» pg. 60 e 61 Daí, e partindo da afirmação do seu autor, poder concluir-se que as Fogaceiras ter-se-ão iniciado após 1450 ou de 1500 a 1599. Será demasiado vago, impreciso e inconcludente, esta forma de apresentação do facto a qual em nada contribui para esclarecer, estabelecendo maior confusão ainda. Convenhamos que 150 anos é demasiada amplitude para encontrar um porto de arribação quando o barco são Fogaceiras, o mar o tempo e o porto a data. Aquelas sucessivas pestes será influência do documento de restauração da festa pelo infante D. Pedro?

⁴⁴ Se ainda nos anos de 1940 interessados investigadores da Feira nos falam que tiveram em suas mãos uma obra manuscrita de Frei Jorge de São João, sobre a Feira, e se não se dá por rasto seu em parte alguma, interrogamo-nos onde estará e como foi possível levar descaminho do arquivo municipal depois das últimas referências. Disseram-nos que, na vigência da edilidade do Dr. Aurélio Pinheiro, a Câmara esteve para adquirir «biblioteca» de livros que lhe haviam pertencido indo por isso adquirir o que fora seu, desistindo do intento por falta de verba.

outra um castelo ornado de muitas bandeiras. Seria esta a tradição conservada, pensamos, na sua pureza original.

Uma das expressões que muito nos impressiona pela negativa, é que, sendo o Padre Quintela Vigário e participando ele nas festas, venha dizer que nela participavam, assim mesmo, «*umas cinco fogaceiras*», como quem, apesar de tão poucas, não estivesse certo da sua quantidade, com a agravante de ser ele o pároco desde alguns anos. Entendível isto, só por desleixo, desatenção ou depreciação. Quem sabe contar até dez, dizer que na procissão iam «*umas cinco*»! Fossem 50, aceitável, mas «*umas cinco...*» *Podemos salvar a honra do convento admitindo a hipótese de aquele «...umas cinco fogaceiras» conter velada crítica intencional, por qualquer razão que se não descobre claramente. Uma coisa é certa. Naquele 1758 estava-se a cinco anos da restauração do voto. Teria ele observado fraco entusiasmo, pouco apuro na apresentação e daí quisesse dar à expressão cunho depreciativo que aquele «umas» parece esconder, partindo do princípio de que estaria interessado, atento e sabia contar?*

Em 1982, «À Descoberta de Portugal», lugar citado, mencionam-se três fogaceiras e três fogaças. Hoje, desde que o carácter turístico se veio sobrepondo à verdade histórica, fogaças e fogaceiras são em maior número possível.

A tentativa de dar às fogaças forma de torre ameada do castelo será transposição representativa da escultura do castelo primitivamente levada por uma das fogaceiras em 1758.

8. Episódio das Fogaceiras de 1814

Em sessão solene antecipadamente convocada, na presença de edilidade reunida para o efeito a Câmara organizava as pautas dos elementos que deviam ocupar na procissão as específicas funções para que tudo saísse com dignidade pública e grande luzimento.

Nesse ano de 1814, uma vez mais se procedeu à nomeação e registando-se os indigitados nas actas das suas «conferências», assim se nomeavam na al-



Igreja Matriz, desde 1566.

turas as «sessões camarárias».

Ao andor do Mártir São Sebastião pegariam os oficiais das ordenanças concelhias:

«*Alferes, filho de João de Liveira da Fonseca, de Paçô*

Alferes, filho do Regal

Alferes Beira

Alferes de Silvalde

Tenente de Escapães (José Custódio de Barros)

Alferes Manuel José da Silva, de Gião.

E mandão que se passem os boletos⁴⁵ a todos os nomeados na forma do estilo.»

Fosse pelo que fosse naquele dia o tenente José Custódio de Barros, de Escapães, passeou-se pela festa, houve quem testemunhasse a sua presença por ali, mas não lhe apeteceu ir pegar no andor de São Sebastião apesar do aviso escrito. O caso provocou incómodo aos que tiveram de remediar a falta. Convocado para o dia 26 de Janeiro desse mesmo ano, por resolução camarária de 22, aí comparece para receber a notícia da coima de seis mil réis, acrescidos das custas, arbitrados e impostos pela edilidade nessa sessão. Ter-lhe-á servido de emenda pois tal verba já *queimava*.⁴⁶

⁴⁵ Ordem escrita para que alguém dê alojamento a um ou mais militares destacados para lugar sem quartel. O próprio alojamento. Aqui, ordem da Câmara comunicada por escrito, para se apresentarem na festa das Fogaceiras na forma do regimento camarário para as ditas funções.

⁴⁶ AHCM SMF — Actas da Câmara Municipal, B/A, 1814. Em 1814, comprava-se um carneiro por 480 réis. Teria que vender mais de 12 carneiros do seu rebanho, para satisfazer a coima.

- 1 - Ao redor de Camões
Pe. Albano de Paiva Alferes, 1981 - esgotado
- 2 - Silva Poética
Homenagem a Fernando Pessoa
com um desenho de J. Carneiro, 1982 - esgotado
- 3 - Actualidade de Fernando Pessoa
Salvato Trigo
com um desenho de J. Carneiro, 1983 - esgotado
- 4 - Ele e os outros - Poemas Pessoaanos
Aureliano Lima, 1983
- 5 - Fernando Pessoa
O Poeta do Desassossego
Clara Crabbé Rocha, 1984
- 6 - Antinous - Fernando Pessoa
Tradução de Lucília Lencart, 1988
- 7 - As Cinco Sentidas
J. M. Matos Vila, 2002 - esgotado
- 8 - Um Livro
Celestino Portela, 2003
Palavra Introdutória
de Henrique Veiga de Macedo - 2ª edição
- 9 - Capela da Senhora das Necessidades
Nadais - Escapões
Separata da revista "Villa da Feira"
Pe. Domingos A. Moreira, 2003
- 10 - Museu
Celestino Portela, 2003
Depoimento de Manuel Cunha Rodrigues
- 11 - Museu do Papel - Terras de Santa Maria
Maria José Ferreira dos Santos - (em preparação)
- 12 - Fernando António - o Pessoa
Celestino Portela, 2003
Introdução de António Rebordão Navarro
Ilustrações: Alfredo Luz, António Joaquim
Joaquim Carneiro e Paulo Neves
Edição especial (cartonada e numerada)
Testemunho e Tributo de Salvato Trigo
- 13 - Do Alto da Piedade
Francisco Neves, 2003
Depoimento de Eduardo Vaz de Oliveira
- 14 - Misticismo em Manuel Laranjeira:
- o autodiagnóstico de um médico doente de santidade
Separata da revista "Villa da Feira"
Anthero Monteiro, 2004
Prefácio de Luis Machado de Abreu
- 15 - Seria aquela... "A ilha dos Amores"?
Separata da revista "Villa da Feira"
Abílio Ferreira da Silva, 2004
- 16 - Outrora... Fornos
Pe. José Alves de Pinho, 2005 - (em paginação)
Palavra de Gratidão de Celestino Portela
- 17 - A Festa das Fogaceiras e o Feriado Municipal
de Santa Maria da Feira
Separata da revista "Villa da Feira"
Anthero Monteiro, 2005
- 18 - Fogaceiras - Oitocentos anos de História
Separata da revista "Villa da Feira"
David Simões Rodrigues, 2005

Este Livro número dezoito da “Colecção Santamariana”, Edições LAF - Liga dos Amigos da Feira, Separata do número nove da Revista “Villa da Feira - Terra de Santa Maria”, foi composto e impresso durante o mês de Fevereiro de dois mil e cinco e feitas duas edições de 8 exemplares cada, comemorativas dos 8 Séculos das Fogaceiras - “Série Mártir” numerada de I a VIII, e “Série Ex-voto” numerada de 1 a 8, em papel reciclado, cartonadas, numeradas e assinadas pelo Autor.

Século 4 / 8

*Dez
Amigos da Feira*